

# Mátria

*A emancipação da mulher*

ISSN 1980-8984  
 R\$ 6,50  
 "32011"  
 "091980189943"  
 Ano 9  
 Vol. 1 N° 9  
 Edição 2011



**DROGA DE VIDA**  
O crack virou drama nacional

PÁG. 13

**'TÁ DOMINADO'**  
As mulheres invadem o espaço masculino

PÁG. 19

**TERREMOTO**  
Haitianas se viram como podem

PÁG. 29

**'HORA DE AVANÇAR'**  
Estatuto da Igualdade Racial agora é Lei

PÁG. 45

**DILMA**  
**A HORA E A VEZ DA MULHER** PÁG. 7

**ENTREVISTA: Mulheres com mais autonomia**  
 Iriny Lopes fala de sua atuação à frente da SPM PÁG. 23

**ENCARTE TEÓRICO PÁG. 37**  
 A valorização do magistério na visão das professoras amazônicas



Capa: Dilma Rousseff  
Ilustração Digital: Racsow

## EDITORIAL

- 1 Vitória das mulheres

Diretoria Executiva da CNTE

## ARTIGOS

- 17 Relações de gênero e sindicalismo de trabalhadores em educação



Por: Márcia Ondina Vieira Ferreira

- 27 Mulheres nos espaços de poder e participação política



Por: Rosane Silva

- 37 ENCARTE TEÓRICO



A valorização do magistério na visão das professoras amazonenses

Por: Raimunda de Souza Gomes

- 51 Carta à presidenta Dilma



Por: Juçara Dutra Vieira

- 59 Quando a igualdade é a afirmação das diferenças



Por: Isis Tavares Neves

Mátria : a emancipação da mulher / Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) – a. 9, 2011 – Brasília : CNTE, 2003-64 p. : il. ; color.

Anual  
ISSN 1980-8984

1. Direitos da mulher. 2. Gênero. 3. Feminismo. I. Título. II. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

CDD 305.42  
CDU 396(05)

## REPORTAGENS

### VIOLÊNCIA

- 2  Dormindo com o inimigo

### MULHERES NA POLÍTICA

- 7  A mulher, finalmente, com Poder

### DESAFIOS

- 11  Educação e fim da pobreza: imprescindíveis para o Brasil

### DROGAS

- 13  Pedras no caminho  
Por: Ana Paula Domingues

### MERCADO DE TRABALHO

- 19  Elas estão por toda parte. Felizmente!

### ENTREVISTA

- 23  "Há muito por fazer"  
Com a ministra Iriny Lopes

### MULHERES NO MUNDO

- 29  Haitianas: vidas abaladas  
Por: Marcelo Freitas

### CONFERÊNCIA

- 34  Olhar atento à mulher  
Por: Michèlle Canes

### SEXUALIDADE

- 42  A fase das descobertas  
Por: Katia Maia

### IGUALDADE RACIAL

- 45  Oportunidade agora é lei  
Por: Gisele Nunes Brasil

### BOAS PRÁTICAS

- 47  Lições de cidadania

### POLÊMICA

- 53  Lei do Nascimento: um passo atrás

### TERCEIRA IDADE

- 55  A menopausa evoluiu

### CULTURA

- 58  Carregadoras de vidas  
Por: Katia Maia

# Vitória das mulheres

**N**esse Dia Internacional da Mulher, 8 de março de 2011, o Brasil e nós da CNTE, temos motivos de sobra para comemorar. Depois de oito anos de edição, a Revista **Mátria** tem a honra de estampar na capa a primeira mulher presidenta do Brasil.

Eleita democraticamente, Dilma Rousseff representa um marco não só para a história do país, mas é uma clara demonstração de que as mulheres, aos poucos, estão conquistando espaços importantes na sociedade. São as mulheres, finalmente com poder.

Agora, é trabalhar para que esse fato tão importante para a luta de igualdade de gênero se reverta em avanços práticos. E para isso é preciso educação e oportunidade. O perfil das brasileiras já revela que elas ficam mais tempo na escola, no mercado de trabalho, porém, recebem apenas 71% do salário dos homens.

Mesmo assim, incansáveis, as mulheres estão conquistando cada vez mais espaço em profissões antes essencialmente masculinas. Hoje, o Brasil conta com mulheres no comando da Polícia Militar, pilotando Boeing de grandes companhias aéreas e até estacionando navios.

A comemoração, entretanto, não pode ofuscar o longo caminho a ser percorrido para que a mulher alcance uma condição real de igualdade com o homem na sociedade. A violência contra meninas, mães, esposas e companheiras é uma triste realidade que o país enfrenta diariamente.

A Lei Maria da Penha está para completar cinco anos, as mulheres

estão denunciando mais as agressões sofridas, mas a impunidade é grande. Ainda há muitas Elizas, Mércias e Sandras. Mulheres que tiveram suas vidas interrompidas prematuramente por seus companheiros.

Por isso, há muito que fazer, na opinião da nova ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Iriny Lopes. O Brasil infelizmente é um país onde uma mulher é assassinada a cada duas horas, por motivos passionais.

Fora das nossas fronteiras, a Mátria foi ao Haiti e constatou que lá, o terremoto que há um ano destruiu o país, abalou também a vida de milhares de mulheres que lutam para sobreviver e criar seus filhos em meio às tragédias nacional e pessoal.

De volta ao país, outra tragédia ceifa a vida de milhares de brasileiras: o crack. A droga, que virou questão de saúde pública, está devastando a vida de jovens brasileiros. Adolescentes que também enfrentam seus conflitos pessoais nessa fase da vida em que a sexualidade aflora e são levados a encarar seus medos e curiosidades. Momento crucial em que a família e a escola devem estar sempre por perto e com atenção redobrada.

Histórias de vida que fazem das mulheres, brasileiras ou não, jovens ou idosas, brancas ou negras, uma vertente importante para o mundo e o Brasil, que inicia agora em 2011 uma nova e promissora fase com uma mulher no comando. Viva!

Boa leitura!

Direção Executiva da CNTE

## Dormindo com o inimigo

As mulheres estão denunciando mais. A Central de Atendimento dobrou os registros de denúncias em 2010 em relação ao ano anterior e a Lei Maria da Penha está prestes a completar cinco anos de vigência. Mas por que não dá para ser feliz? A verdade é que as agressões continuam e ainda há muito a ser feito.



Foto: Agência Brasil

**I**nês, Graça, Helena, Fátima, Sandra, Juliana, Maria da Penha... Brasileiras que, contra a própria vontade, entraram para as estatísticas da violência no país, onde a cada 15 segundos uma mulher sofre algum tipo de agressão doméstica.

Hoje, algumas delas podem contar suas experiências e servir de exemplo. Outras, no entanto, não tiveram a mesma sorte. Fazem parte de uma realidade ainda mais assustadora: a cada duas horas, uma mulher é morta no Brasil por crime passional.

De um lado, a legislação em defesa da mulher se moderniza, o governo cria programas nacionais de combate à violência

para conscientizar a população e a consequência natural é o aumento no número de denúncias. Só de janeiro a julho de 2010 o serviço Ligue 180, que recebe ligações desta natureza, registrou alta de 112% na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Foram 343.063 chamadas nos sete primeiros meses de 2010 contra 161.774 nos mesmos meses de 2009. A central, criada em 2005 pela Secretaria de Políticas Para as Mulheres da Presidência da República (SPM), registrou nos cinco primeiros meses de funcionamento mais de 95 mil atendimentos.

Por outro lado, as políticas e ações mostram que não conseguem amparar de forma satisfató-

ria todas as mulheres que denunciavam ter sofrido algum tipo de violência. É por isso que, constantemente, aparecem casos em que vítimas dessa tragédia acabam sofrendo consequências ainda mais graves, como a morte. Não é à toa que o Mapa da Violência 2010, estudo do Instituto Sangari, revela que o Brasil ocupa o 12º lugar no ranking entre os países que registram mais mortes violentas de mulheres.

“A violência contra a mulher deixou de ser algo particular e tornou-se um assunto que envolve a coletividade. O Estado e suas instituições precisam intervir logo que é feita a denúncia”, enfatiza a socióloga Moema Guedes.



*Jornalista Sandra Gomide assassinada pelo namorado que permanece em liberdade*

**Crimes passionais** - Sob a omissão do Estado, alguns casos acabam se tornando nacionalmente conhecidos pela repercussão na mídia. Como o da jornalista Sandra Gomide, assassinada com dois tiros em 2000 pelo ex-namorado, o também jornalista Pimenta Neves.

O crime aconteceu em um haras de Ibiúna, no interior paulista. Réu confesso, o ex-diretor de redação do jornal O Estado de São Paulo foi condenado a passar 19,2 anos na cadeia, mas a pena foi reduzida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) para 15 anos. Com um novo benefício, cumpriu apenas sete meses de prisão e permanece livre devido a outra decisão do STJ, de 2007.

### **O Brasil está em 12º lugar entre os países com mais mulheres mortas por violência**

“Foram quatro anos de namoro, antes do rompimento. Ele não aceitou a separação e chegou a ir a casa dela para agredi-la. Nesse

dia, bateu na minha filha. Registramos queixa na polícia e o IML constatou a agressão”, conta o pai da jornalista, João Gomide.

Outro crime passionais, mais recente, que ganhou notoriedade no país foi o de Mércia Nakashima. Desaparecida em maio de 2010, seu corpo foi encontrado um mês depois dentro do seu carro em uma represa de Nazaré Paulista, interior de São Paulo. O ex-namorado da advogada, Mizael Bispo, foi in-

diciado pelo crime. Eles terminaram o namoro de quatro anos um mês antes do sumiço de Mércia. Para a polícia, Mizael assassinou a ex-namorada por ter sido rejeitado.

Fora dos holofotes da imprensa, muitas outras Sandras e Mércias são agredidas ao extremo por seus companheiros, dentro e fora do ambiente doméstico. Quando não são denunciados, simplesmente caem no esquecimento, o que acontece cada vez mais, segundo Moema Guedes, porque os agressores acreditam ser donos da vida da mulher e agem com a certeza da impunidade.

“O homem dificilmente seguirá agredindo se o Estado punir assim que for feita a denúncia. A violência contra a mulher é um ciclo longo. A vítima não é morta de uma hora para a outra”, explica a pesquisadora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), lembrando de Eliza Samúdio, modelo supostamente assassinada a mando do amante, o ex-goleiro do Flamengo, Bruno. “Eliza chegou a registrar agressão, mas a atuação das instituições foi insatisfatória”, acredita.



*Mizael Bispo o algoz, Mércia Nakashima a vítima*



*Goleiro Bruno está preso em Belo Horizonte*

### Pressão externa

No Brasil, uma das primeiras medidas que representou uma resposta prática do Estado frente à violência doméstica contra as mulheres foi de 1985, quando foi criada a primeira Delegacia da Mulher no país, em São Paulo.

Em 7 de agosto de 2006, 21 anos depois, veio a principal ação sobre o tema até hoje no país, a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340). Uma justa homenagem àquela que virou símbolo da luta brasileira contra a violência doméstica, Maria da Penha Maia Fernandes.

Sobrevivente e disposta a dar um basta nas agressões, Maria da Penha denunciou seu marido-agressor e lutou quase 20 anos para vê-lo preso. No primeiro julgamento, oito anos depois do crime, Herédia foi condenado a oito anos de prisão, mas usou de recursos jurídicos para protelar o cumprimento da pena. O mesmo aconteceu em um novo julgamento em 1996.

### A cada duas horas, no Brasil, uma mulher é assassinada por motivo passionai

O caso chegou ao conhecimento do Centro pela Justiça e Direito Internacional (Cejil) e do Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos das Mulheres (Cladem). As duas ONGs denunciaram a impunidade no Brasil junto à Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA).

**Pressão internacional** - O Brasil passou a sofrer pressões internacionais que condenavam a negligência do governo nos casos de violência doméstica contra a mulher. As pressões culminaram com a detenção de Herédia em 2002, sendo que ele só ficou preso por dois anos, e com a sanção da Lei Maria da Penha, em 2006.

“Para mim foi muitíssimo importante denunciar a agressão, porque ficou registrado internacionalmente, através do meu caso, que eram inúmeras as vítimas do machismo e da falta de compromisso do Estado para acabar com a impunidade”, destaca Maria da Penha, acrescentando que se sentiu recompensada por todos os maus momentos que passou. “Mesmo morrendo de vergonha, pude expor minha indignação e pedir justiça para que meu caso não fosse esquecido”, alegre-se.

Hoje, com a Lei Maria da Penha prestes a completar cinco anos, a sociedade brasileira mostra que tem consciência e percepção da sua eficácia. No entanto, mesmo com uma legislação mais rigoro-

*Maria da Penha Maia Fernandes*



*Eliza Samúdio: o corpo ainda não foi encontrado*

sa, ainda são frequentes os casos em que a mulher não denuncia o agressor. A impunidade aumenta o medo das vítimas.

“Falta punição, o processo ainda é lento. No Brasil há muito processo, fórum abarrotado. A impunidade é o que leva tantos homens a matarem suas próprias esposas, companheiras, namoradas”, acredita a delegada Celi Paulino Carlota.

### Ciclo de violência

Já para a polícia, há ainda outros motivos. Somente na cidade de São Paulo, um levantamento da Delegacia de Defesa da Mulher aponta que 70% das vítimas voltam a viver com o agressor. Elas



não levam o processo até o final e a maioria continua sofrendo agressões. Muitas delas acabam como uma das 258 mulheres mortas na capital paulista, em 2009.

O estado responsável pela primeira delegacia especializada no atendimento à mulher também é o campeão do número de chamadas para o Ligue 180. Dados da Secretaria de Políticas para as Mulheres colocam São Paulo no topo da lista levando em consideração o número absoluto de ligações. Já proporcionalmente à população feminina de cada unidade da federação, o Distrito Federal encabeça o *ranking* nacional.

A jovem Inês, 22 anos, só não entrou para as estatísticas do Ligue 180 nem para os relatórios de uma delegacia de atendimento à mulher porque optou por suportar as agressões de seu companheiro silenciosamente.

Na verdade, houve até um registro de denúncia, que foi retirado poucos dias depois de feito. A arquivista acredita que as brigas em seu relacionamento eram constantes porque tinha ciúme de tudo o que o marido fazia. Nos três anos de casamento, as discussões foram ficando cada vez mais violentas. A carioca suportou apertos e chutes que deixaram grandes manchas roxas em seu corpo, e ainda teve uma perna quebrada.

“Eu não conseguia sentir raiva das agressões dele. Eu o amava muito e confesso que torrava a paciência dele com o meu ciúme doentio. Ele é um homem forte e alto e quebrou minha perna só com socos e pontapés. Só aí tomei coragem de ir a uma delegacia, mas depois desisti de levar

o processo adiante”, revela Inês, que resolveu deixar o agressor há cerca de um ano.

### Rede de assistência é deficiente

Enquanto o país comemora o aumento do número de ligações para os serviços de auxílio e de atendimento nas delegacias especializadas, as políticas públicas e as ações do governo não seguem o mesmo ritmo de crescimento.

Em 2007, o governo fede-

**“O IBGE revela que apenas 397 dos 5.565 municípios brasileiros oferecem a unidade policial especializada em defesa da mulher.”**

ral lançou o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher. O projeto funciona a partir da adesão de cada estado brasileiro que, uma vez assinado o termo de compromisso, passa a receber um montante da Secretaria de Políticas para as Mulheres para a construção de serviços da chamada Rede de Atendimento à Mulher (Defensorias Públicas Especializadas de Atendimento à Mulher, casas, abrigos e centros de referência).

O programa estabeleceu um prazo de implementação de seus objetivos de quatro anos a partir de 2008. No entanto, já no ano de cumprimento das metas, o esta-

do do Rio Grande do Sul ainda não aderiu ao pacto. E Brasília, a cidade que proporcionalmente mais faz chamadas para o Ligue 180, só aderiu ao projeto em dezembro passado.

Também fora do alcance nacional está o número de delegacias da mulher. Os últimos dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic/IBGE) revelam que apenas 397 dos 5.565 municípios brasileiros oferecem a unidade policial especializada. O número corresponde a 7% do total de cidades do país.

Em número deficitário também estão as casas-abrigo para as mulheres agredidas em todo o país. Pela lei, a vítima tem direito a medidas protetoras, como a prisão em flagrante e o estabelecimento de uma distância máxima de aproximação do agressor. Mas, quando nada disso é suficiente, as casas-abrigo são um paliativo para a mulher agredida, que pode ficar na unidade de 90 a 180 dias.

“As casas oferecem, além de alimentação e moradia para as mulheres e seus filhos, assistência jurídica e psicológica. Os endereços dessas unidades são mantidos em sigilo para evitar qualquer investida do agressor”, ilustra Aparecida Gonçalves, secretária de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres da SPM.

Apesar de serem importantes no combate à violência contra a mulher, hoje há disponíveis apenas 70 casas-abrigo no Brasil. Número que contrasta com o clamor nacional de defesa dos direitos das mulheres brasileiras, principalmente a partir da sanção da Lei Maria da Penha.

“O número de abrigos não contemplaria nem a metade dos municípios do Rio Grande do Sul”, comenta Rubia Abs da Cruz, coordenadora geral da ONG gaúcha Themis, que presta apoio jurídico às mulheres agredidas.

Nesses espaços são acolhidas mulheres como Helena, 30 anos. Morando há seis meses em São Paulo, a auxiliar de serviços gerais conta que decidiu abandonar a sua casa quando encontrou o buraco de uma cova feito no seu quintal. Depois de ficar apavorada e procurar a Delegacia da Mulher, foi encaminhada para onde está hoje.

“Várias vezes ele falou que ia me matar, dar facadas, cortar meu corpo em pedacinhos, ia enterrar e que ninguém ia me encontrar”, relembra a vítima.

As ameaças e agressões contra a paulistana começaram quando ela começou a trabalhar. O ciúme fez com que o marido pensasse que ela o traía. Da violência, se lembra do machucado grande na cabeça, dos fios de cabelos arrancados e da porta da cozinha, que foi retirada e jogada contra ela. O maior medo é o de reencontrar o ex-companheiro, a quem classifica de “perigoso”.

“Eu tenho muito medo dele, da família, dos amigos, de tudo dele eu tenho medo. Saio e fico que nem doida no meio da rua, toda hora olhando para trás. Se alguém olha muito eu tenho que sair de perto”, confessa Helena.

### Flexibilização

Situações de pânico também vão começar a sentir as mulheres que acionaram a Lei Maria da Penha e se surpreenderam com

a decisão do Supremo Tribunal de Justiça na interpretação da legislação.

Em dezembro de 2010, e publicada em janeiro de 2011, a decisão da Sexta Turma do STJ alterou o entendimento anterior à Lei Maria da Penha no que se refere à possibilidade de suspensão da pena nos casos em que a condenação for inferior ao período de um ano.

Esse tipo de pena, de qualquer natureza, é tratada pelos Juizados Especiais, salvo quando for fruto de punição da Lei Maria da Penha.

**“Várias vezes ele falou que ia me matar, dar facadas, cortar meu corpo em pedacinhos, ia enterrar e que ninguém ia me encontrar.”**

Até então, a Justiça brasileira sempre tratou a questão de maneira inflexível, alegando que o texto da lei não permite tal suspensão.

No entanto, em uma nova interpretação do STJ, os ministros concordaram que o texto não estava claro em relação à questão e votaram pela flexibilização da lei. A medida desagradou diversos setores da sociedade que alegaram que a nova leitura da Maria da Penha a tornaria mais branda.

A professora de Direito Constitucional e de Direitos Hu-

manos da PUC-SP e Procuradora do Estado de São Paulo, Flávia Piovesan, acredita que essa reinterpretação compromete o impacto e a eficácia da Lei Maria da Penha.

“A decisão do STJ é uma afronta à literalidade da lei e à sua funcionalidade. Nós, do movimento de mulheres lutamos muito tempo e com muito esforço, inclusive na arena internacional, para que a violência contra as mulheres fosse combatida de forma eficaz”, relembra Flávia.

Para a Procuradora, a violência contra a mulher é uma grave violação de direitos humanos e não deveria ser tratada como algo menor, a ser banalizado. “Isso levaria ao comprometimento da lei e à matança de mulheres”, lamenta.

De opinião contrária, o advogado criminalista Tales Castello Branco acha que a decisão do STJ foi correta do ponto de vista da técnica jurídica e acredita que a nova interpretação não vá fragilizar a Lei Maria da Penha.

“Quando o agressor der um tiro na mulher, claro que ele não vai ser beneficiado por essa suspensão, mas quando a agressão for de natureza leve, então dá-se uma oportunidade de ressocialização ao agressor. Com isso, a pena pode ser suspensa por um prazo de dois a quatro anos e, se durante esse período ele não cumprir novos delitos e se comportar bem, fica extinta a punição”, explica Tales.

A homenageada pela Lei Maria da Penha recebeu a notícia do STJ com revolta. “Essa posição reflete a cultura machista da sociedade e abre precedentes para que os homens agressores pensem que vão ficar impunes”, lamenta a ativista.

# A mulher, finalmente, com Poder

Texto: Katia Matia

Após assumir várias funções importantes, só faltava chegar à Chefia do Governo



A posse da presidenta Dilma Rousseff, em 1º de janeiro de 2011 entrou para a história do país. Pela primeira vez uma mulher assume o comando do Brasil. Detalhe que no seu discurso de posse, ela fez questão de destacar: “venho para abrir portas para que muitas outras também possam, no futuro, ser presidenta; e para que, no dia de hoje, todas as brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher”, afirmou Dilma em discurso no Congresso Nacional.

Antes, a então presidenta eleita já havia dedicado sua vitória às mulheres brasileiras. Logo que foi conhecido o resultado das eleições Dilma falou ao povo e prometeu às brasileiras honrá-las para que as próximas gerações possam ampliar seu papel no governo e no setor privado da maior economia da América Latina.

A verdade é que a presidenta, como faz questão de ser chamada, terá um longo trabalho pela frente. O Brasil ainda é hoje um país desigual para as mulheres. Uma situação injusta para quem tem mais anos de estudo do que os homens, divide a rotina entre trabalho e os cuidados da casa, ganha menos e trabalha mais, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

*Foto oficial da presidenta Dilma Rousseff feita no Palácio do Alvorada no dia 9 de janeiro de 2011*



Foto: Roberto Stuckert Filho/Presidência da República

Presidenta Dilma com o seu padrinho político Lula

“Nós temos hoje algumas mulheres, um número significativo, eu diria, no ministério da presidenta mas a nossa representação ainda é muito baixa no Legislativo”, lamenta Júnia Puglia, coordenadora da área de programação do escritório da ONU Mulheres no Brasil e Cone Sul.

A geografia do poder está mudando. Com a ascensão da mulher ao posto máximo do país o número de vagas para mulheres no primeiro escalão do governo inevitavelmente aumentou. Em seu ministério, Dilma colocou as mulheres à frente de nove pastas entre elas a do Planejamento, com Miriam Belchior.

Ela que, em sua posse, também destacou a importância da presença feminina no poder. “Além de toda a responsabilidade que assumo hoje, tenho outra missão a cumprir, juntamente com a nossa presidenta e as outras ministras: demonstrar que as mulheres podem dividir com os homens a condução do País”, disse.

**Uma nova cultura** - As mulheres têm lutado por seus direitos há anos e nas últimas décadas passaram a exigir reconhecimento. Mas, no Brasil ainda há poucas parlamentares, poucas governadoras, poucas prefeitas, poucas presidentes de empresas privadas e nenhuma presidente de empresa estatal.

“É preciso mudar a cultura, já que a sociedade e o meio político ainda são muito machistas”, declarou a secretária de Políticas para as Mulheres, Iriny Lopes.

Na iniciativa privada, a situação não é muito diferente. Atualmente, apenas uma das 61 empresas que integram o índice Ibovespa, da Bolsa de Valores, tem uma mulher como sua principal executiva.

### No mundo, 19 países são governados por mulheres

Para especialistas, Dilma certamente servirá de exemplo para inspirar e promover a ascensão das mulheres no País. Maria Eugenia Lopez, que comanda a divisão de *private banking* do Banco Santander do Brasil declarou, em entrevista em São Paulo, que “com Dilma presidente o Brasil vai passar por um processo de aceleração da ascensão da mulher”.

A presença de Dilma Rousseff no comando do país é, ‘de fato’, na avaliação da ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário, uma “possibilidade muito grande de firmarmos uma sociedade com igualdade”, disse.

Ela explica que “ocuparmos a presidência é um grande passo também para, como mulheres, exi-

## As ministras da presidenta Dilma Rousseff



**Helena Chagas**  
Secretaria de Comunicação Social



**Iriny Lopes**  
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres



**Miriam Belchior**  
Ministério do Planejamento



**Ideli Salvatti**  
Ministério da Pesca e Aquicultura

girmos que as profissões não sejam valorizadas a partir da sua história de formação e composição de gênero”, afirmou

**Pelo mundo** - A mudança do gênero na verdade tem sido uma questão de tempo na história da humanidade. Atualmente 19 países são governados por mulheres, da Austrália à Islândia, da Eslováquia à Argentina. Na Finlândia, tanto o cargo de presidente como o de primeiro-ministro são ocupados por mulheres.

Na América Latina, a Argentina já teve duas presidentes: Isabel Perón, primeira mulher a presidir uma república, entre 1974 e 1976; e Cristina Fernandez de Kirchner, no cargo desde 2007. No Chile, Michelle Bachelet presidiu de 2006 até março deste ano e Laura Chinchilla foi eleita em fevereiro de 2010 a primeira mulher presidente da Costa Rica.

No Brasil, desde a proclamação da República em 1889, apenas uma mulher atuou como ministra da Fazenda e o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva nomeou cinco mulheres para chefiar ministérios, contra 47 homens nos últimos oito anos.

Para Dilma, “a igualdade de oportunidade entre homens e mulheres é um princípio essencial da democracia”, afirmou.

### A primeira presidenta colocou mulheres em 9 ministérios

“Nada garante que o momento seja auspicioso mas a gente espera que o seja”, ressalva Junia Puglia. Segundo ela, o fato de haver mais mulheres em cargos importantes no Brasil sempre ajuda a empurrar a discussão e também é

uma oportunidade que o país tem de “quem sabe, finalmente compreender que não é um problema ter mulheres em cargo de comando”.

Embora ela faça a ressalva de que a primeira mulher no comando do Brasil certamente vai sofrer da mesma desconfiança que o presidente Lula enfrentou no seu início



“Com Dilma presidente o Brasil vai passar por um processo de aceleração da ascensão da mulher.”



**Ana de Hollanda**  
Ministério da Cultura



**Luiza Bairros**  
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial



**Izabella Teixeira**  
Ministério do Meio Ambiente



**Tereza Campello**  
Desenvolvimento Social e Combate à Fome



**Maria do Rosário**  
Secretaria Especial dos Direitos Humanos



Júnia Puglia, vice-representante do Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Mulher, Unifem

de mandato, em 2003. “Não posso errar”, disse ele na época.

**Baixa participação** - No Brasil, menos de 14% dos cargos de diretoria das 500 maiores empresas do Brasil são ocupados por mulheres, de acordo com pesquisa realizada pelo Instituto Ethos e pelo Ibope Inteligência, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas de São Paulo e outras instituições.

O estudo Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 maiores empresas do Brasil e Suas Ações Afirmativas é pioneiro no país e foi feito numa tentativa de traçar o perfil de funcionários e dirigentes da indústria, do comércio, do setor de serviços, alimentos e produtos agrícolas.

Os dados obtidos reforçam a ideia de que é necessário promover mais ações para a valorização da diversidade e promoção da equidade no mercado de trabalho. “Em que pesem os avanços verificados ao longo da série histórica, iniciada em 2001, os resultados demons-

tram que ainda permanece um alto grau de desigualdade nas grandes empresas”, diz o levantamento.

Segundo avaliação do Instituto, a participação de mulheres e negros nos quadros de funcionários das empresas mais importantes do país cresce ainda ‘muito lentamente’. Comparada com 2007, a participação feminina cresceu 2,2 pontos no topo da pirâmide, (de 11,5% para 13,7%). Em relação a 2001, o avanço foi de 7,7 pontos. A série histórica também mostra uma evolução positiva da participação dos

**"A participação feminina cresceu 2,2 pontos nas empresas, (de 11,5% para 13,7%). Em relação a 2001, o avanço foi de 7,7 pontos".**

negros, pretos e pardos, de acordo com a nomenclatura do IBGE adotada por este estudo.

**Negras** - “É importante ressaltar que dentro desses 14% de mulheres em cargos de diretoria não existem quase mulheres negras em postos de comando”, lamenta. De acordo com a representante da ONU, “a situação das mulheres em geral já é complicada a das negras e indígenas, que são as que possuem mais dificuldade de acesso a oportunidades no Brasil,

a situação impõe barreiras muito maiores”, destaca.

Nos quadros funcionais e de chefias intermediárias, os negros ocupam, respectivamente, 31,1% e 25,6% dos cargos. Na gerência, são 13,2% e na diretoria cai para 5,3%. A situação da mulher negra é pior: ela fica com 9,3% dos cargos da base e de apenas 0,5% do topo. Em números absolutos significa que, no universo que as empresas informaram, de 1.162 diretores de ambos os sexos, negros e não negros, apenas 6 são mulheres negras.

No entanto, de acordo com o Instituto Ethos, ‘seja por pressão da sociedade, seja por regulação, amplia-se a consciência nas organizações de que a promoção da igualdade de oportunidades entre os funcionários, independentemente de sexo, raça ou cor, idade e origem social, é fator positivo de competitividade’.

A educação pode ser fator determinante nesse processo. Segundo Júnia Puglia, a maneira como a mulher e o homem são vistos e a presença e participação deles é ensinada “nos valores e em ambientes familiares e também a escola pode contribuir para mitigar a desigualdade”, disse.

**Avanços no Congresso** - Há décadas que muitas delas são eleitas para a Câmara e o Senado, mas nenhuma havia ainda chegado a cargos de direção das duas Casas. Desta vez a deputada Rose de Freitas (PMDB-ES) foi eleita para a primeira Vice Presidência da Câmara. No Senado, Marta Suplicy (PT-SP) foi eleita também para a primeira vice presidência; Maria do Carmo Alves (DEM-SE) para a 3ª suplência e Vanezza Grazziotin (PCdoB-AM) para a 4ª suplência.

# Educação e fim da pobreza: imprescindíveis para o Brasil



*Governo vai estimular a  
ampliação de creches e pré-escolas  
nos municípios*

“Queridas brasileiras e queridos brasileiros, junto com a erradicação da miséria, será prioridade do meu governo a luta pela qualidade da educação, da saúde e da segurança”. As palavras são da presidenta Dilma Rousseff e foram proferidas durante seu discurso de posse no Congresso Nacional e revelam um olhar mais atento do poder público sobre questões prioritárias para uma nação que busca o seu desenvolvimento.

A primeira presidente mulher, logo que assumiu o cargo, re-

velou ao país que compartilha da preocupação que atormenta mães de todos os cantos do Brasil, independentemente de classe social: a educação. Nas últimas décadas, o Brasil universalizou o ensino fundamental. “Porém é preciso melhorar sua qualidade e aumentar as vagas no ensino infantil e no ensino médio”, admitiu a presidenta.

Como bem disse Dilma Rousseff, a educação de qualidade é tão importante quanto a erradicação da pobreza e o cuidado com a saúde e a segurança. Ques-

tões fundamentais para que uma nação promova a justiça e a igualdade. Para isso, segundo a presidenta, será preciso estimular os municípios a ampliar a oferta de creches e de pré-escolas.

Já em seu programa de governo, quando ainda era candidata, Dilma destacou que pretendia adotar medidas importantes como o treinamento e a valorização de professores; bolsas de estudo e apoio para que os alunos não sejam obrigados a abandonar a escola; além de salas de aula informatizadas e com acesso à banda larga.

Isso, sem contar com o cuidado em proteger as crianças e os mais jovens da violência, do assédio das drogas e da imposição do trabalho em detrimento da formação escolar e acadêmica. E, simultaneamente, oferecer aos jovens a oportunidade de começar a vida com segurança, liberdade, trabalho e a perspectiva de realização pessoal.

**Mulheres** - Propostas com as quais o país sempre sonhou e que precisam ser implementadas agora que o Brasil e o mundo vivem tempos de mudança e quebra de paradigmas. Segundo a presidenta, “somente com avanço na qualidade de ensino poderemos formar jovens preparados, de fato, para nos conduzir à sociedade da tecnologia e do conhecimento”.

Metas que certamente vão esbarrar numa realidade brasileira em que parte da população de 18 a 24 anos, o correspondente a 3,4 milhões de jovens ou 15% dessa faixa etária que nem estuda ou trabalha.

Os números são do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) e revelam ainda, que as mulheres são mais afetadas por esse problema, muitas vezes em função da maternidade e do casamento.

Do total de jovens fora da escola e do mercado de trabalho, 1,2 milhão concluiu o ensino médio, mas não seguiu para o ensino superior e não está empregado. A proporção de jovens nessa situação aumentou de 2001 a 2008, segundo o Inep, e quase 75% são mulheres. Uma em cada quatro jovens nessa situação tinha filhos e quase metade delas (43,5%) era casada em 2008.

**Profissionalização** - No ensino médio, Dilma prometeu aumentar o investimento público e estender o ProUni para o ensino profissionalizante, “acelerando a oferta de milhares de vagas para que nossos jovens recebam uma formação educacional e profissional de qualidade”.

A iniciativa, contudo, desagrada a educadores de todo o país. “Não podemos concordar com uma possível extensão do ProUni ao ensino médio profissionalizante, uma vez que a lei determina que o estado garanta a oferta pública para a universalização das matrículas da pré-escola ao ensino médio, até 2016”, esclarece Roberto Franklin de Leão, presidente da CNTE.

Na avaliação dele, “a extensão da compensação tributária para escolas particulares da educação básica, além de assegurar mercado a essas instituições desvirtua o princípio constitucional de prevalência da oferta pública para o ensino obrigatório”, disse.

Segundo Leão, a CNTE é favorável ao ProUni no ensino superior “na qualidade de programa emergencial e temporário”, conclui. A proposta foi lançada mas ainda será amplamente discutida. Até lá, os trabalhadores em educação vão mobilizar a sociedade para aprovação do plano nacional de educação a valorização dos educadores, piso salarial e financiamento. Dilma deixou claro que pretende manter o olhar acurado sobre a educação, princi-

palmente no que se refere à igualdade de gêneros no Brasil e fora dele. Uma boa oportunidade é a implementação do Piso Salarial Nacional do Magistério em todo o País, que representa um avanço na valorização profissional da categoria, dominada por mulheres.

Quando realizou sua primeira viagem internacional como presidente, Dilma foi enfática e afirmou para a presidente Cristina Kitchner, da Argentina: “nós assumimos um papel muito importante na questão da garantia da participação de gênero. Porque, a gente sabe, uma sociedade pode ser medida pelo seu avanço, pela sua modernidade, desde que ela também assegure a participação das mulheres, a não discriminação das mulheres”, declarou a presidenta Dilma Rousseff.



Roberto Franklin de Leão,  
presidente da CNTE

# Pedras no caminho

Texto: Ana Paula Domingues

A droga mais devastadora e viciante que já chegou ao cérebro humano, o crack é uma armadilha implacável, hoje presente em quase todos os municípios brasileiros. As mulheres são as maiores vítimas

**A**s primeiras sensações são de euforia e bem-estar, descritas como o estalo, um relâmpago, o "tuim", na linguagem dos usuários. Depois, os neurônios são lesados e o coração entra em descompasso. Há risco de hemorragia cerebral, alucinações, delírios, convulsão, infarto agudo e morte. O pulmão se fragmenta. A droga induz a abortos e nascimentos prematuros. Engana-se quem pensa que essa droga é um mal da periferia.

O crack nasceu nos guetos pobres das metrópoles, levando crianças de rua ao vício fácil e à morte rápida. Mas já chegou à classe média. As consequências devastadoras sobre a sociedade já assolam 98% dos municípios brasileiros. Várias cidades brasileiras conduzem alguma ação de combate ao crack.

## Guerra ao crack

O Governo Federal lançou, em 20 de maio de 2010, o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas, com ações de prevenção, atenção e reinserção social de usuários e dependentes, e repressão ao tráfico. Investe-se em ações de redução de danos, como distribuição de insumos aos usuários, a criação de consultórios de rua e casas de acolhimento. A distribuição envolve material de



Foto: Marcello Casal Jr. / Agência Brasil

hidratação, de água de coco e outros alimentos para repor a glicose, a protetor labial.

O governo está capacitando clínicos gerais para atuar na abordagem de viciados. Também está instalando 60 Casas de Acolhimento no país que oferecem alimentação, higiene e descanso para usuários de álcool e drogas em situação de risco. Nessas instalações, os jovens podem permanecer até 40 dias.

A criação de 73 consultórios de rua, que levam equipes de saúde com assistentes sociais, auxiliares de enfermagem, profissionais de saúde mental e de redução de danos até os locais onde os dependentes se encontram é outra iniciativa.

“Estamos mapeando as cenas de crack das 26 capitais, mais o Distrito Federal e nove regiões metropolitanas federais, por meio de observação, contatos com informantes-chave e análise de dados secundários (saúde, segurança, serviços sociais, etc.)”, esclarece Francisco Bastos, pesquisador titular da Fundação Oswaldo Cruz.

Será feito o diagnóstico dos serviços públicos na área social e de saúde. Para garantir o acesso dos municípios de pequeno porte (abaixo de 20.000 habitantes), foram criados, em setembro de 2010, no âmbito do SUS, os Núcleos de Apoio à Saúde da Família, com a finalidade de promover a atenção integral em saúde e saúde

mental, prioritariamente para usuários de crack, álcool e outras drogas. Para atender a esta demanda, o Ministério da Saúde repassará recursos, em parcela única, de R\$ 10.000,00 para municípios com menos de 15.000 habitantes e R\$ 20.000,00 para os que têm entre 15.000 e 20.000 habitantes de regiões vulneráveis. Um total de 1066 municípios será beneficiado.

No Rio de Janeiro, a Delegacia de Combate às Drogas (Dcod) vai ganhar R\$ 500 mil para combater o *crack* no estado. A verba será empregada na compra de equipamentos na área de inteligência, para auxiliar os policiais nas investigações, principalmente sobre a droga. Além do Rio, delegacias de combate ao narcotráfico de nove estados também estão no programa e farão parte do Grupo Permanente de Enfrentamento ao *Crack* (Gpec) - que vai atuar em todo o País.

Entre as ações propostas está a criação de um banco de dados, um software específico para que delegacias possam trocar informações sobre distribuição, compra, circulação e entrada da droga no Brasil.



Rodrigo Bethlem,  
Secretário de Assistência Social do Rio de Janeiro



Abrigo Ayrton Senna: uma das 60 casas de acolhimento

### Droga destrói famílias

No Rio de Janeiro, segundo conselheiros tutelares e profissionais que trabalham com os direitos da criança e do adolescente, cresce o número de casos de violência familiar em que menores são negligenciados e abandonados por seus responsáveis. São histórias que acontecem nas classes baixas e entre pessoas com boa situação econômica.

O crack fez a adolescente M.C, de 17 anos, abandonar seu primeiro filho para ficar na rua. Usuária da droga desde os nove anos, ela cumpre medida socioeducativa no Abrigo Municipal Ayrton Senna. Até o sétimo mês de gravidez, ela se prostituía para conseguir crack e não sabe quem é o pai da sua filha. “Só queria saber de crack. Odiava carregar aquela barriga com um bebê dentro”, conta ela, que se prostituía por R\$ 5,00 além de furtar para satisfazer o vício.

Conselheiro tutelar da Zona Sul, Héber Bôscoli diz que metade dos seus atendimentos em casos de negligência e abandono de crianças se deve ao uso do crack pelos pais.

Com o objetivo de atender crianças e adolescentes em situação de risco, que ficam com outra

família por um determinado período, o programa Família Acolhedora, da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), do Rio, muda o destino de menores como L.J, de 10 anos. Ela foi retirada de casa, numa favela na Zona Oeste, porque os pais são viciados em crack.

Segundo a assistente social Raquel Aguiar, coordenadora do Família Acolhedora, atualmente 13 crianças estão no programa porque os pais são usuários da droga.

O secretário de Assistência Social, Rodrigo Bethlem, acha que os resultados do programa são positivos. Levantamento mostra que, em 82% dos casos, há reintegração familiar.

### Apoio para reinserção social

A profissionalização da população de rua como forma de garantir a chamada “porta de saída” da miséria a essas pessoas é mais uma medida da prefeitura do Rio. A Secretaria de Assistência Social vai instalar nos abrigos centros de ensino profissionalizante, com previsão de início no primeiro trimestre de 2011. Os cursos terão ênfase nos setores da construção civil e do turismo. “Queremos transfor-

mar esses abrigos em um espaço de reinserção social.

“Os abrigos não podem continuar a ser um depósito de gente sem ter as portas de saída”, afirma o secretário Rodrigo Bethlem, que explica que o trabalho será multidisciplinar e abrangerá o apoio psicológico e o combate ao uso de drogas e álcool. “Primeiro temos que trabalhar a autoestima. É uma situação que vai além da miséria, é uma desconexão absoluta com a sociedade”.

O Rio Grande do Sul é o estado brasileiro onde mais municípios desenvolvem ações de enfrentamento ao crack e a outras drogas. No Recife, após uma atitude desesperada de uma mãe que chegou a acorrentar o filho para mantê-lo longe das drogas, foi lançado, em maio de 2010 o Plano de Ações Sociais Integradas de Enfrentamento ao crack.

A iniciativa prevê um investimento de mais de R\$ 55 milhões ao ano. Oito secretarias de Estado trabalharão nas áreas de proteção e tratamento, inclusão sócio-produtiva, prevenção social e repressão qualificada. As ações beneficiarão, por mês, cerca de 17 mil usuários e dependentes.

## “Elas se prostituem para comprar a droga e passam a trabalhar no tráfico.”

Ações conjuntas de prevenção e mobilização, atendimento aos usuários e suas famílias, além de reinserção social são os três eixos centrais do trabalho da Secretaria da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social do Sergipe.

O estado lançou o **Disque Saúde 0800-282-2822** para orientar as pessoas que passam por problemas com drogas, e o **Disque Denúncia 181**, da Secretaria de Estado da Segurança Pública, que receberá denúncias e informações que auxiliem a polícia no combate ao tráfico de drogas.

Cada vez mais, há mulheres dependentes do crack. Elas estão se destacando como as principais provedoras da droga para os companheiros do grupo. Em vez de roubar e se arriscar fisicamen-

te para obter dinheiro para o consumo, elas faturam se prostituindo. Tanto com clientes ou diretamente para traficantes, trocando o corpo pela pedra.

“É comum que as mulheres dependentes se prostituam por qualquer valor só para comprar as pedras, contraindo doenças sexuais rapidamente”, diz a médica Solange Nappo, professora de psicobiologia da Universidade Federal de São Paulo. “É verdade que o crack é a droga preferida de mendigos e prostitutas porque ela transforma estudantes e trabalhadores comuns em mendigos e prostitutas”, completa Solange.

Coordenadora da pesquisa “Comportamento de Risco de Usuárias de Crack em relação às DST/AIDS”, Solange constata que as mulheres acabam protegendo os homens. “Antes, os usuários do sexo masculino não duravam um ano, envolviam-se com a marginalidade e acabavam mortos. Com a mulher em cena, ela vira provedora.” Há também as mulheres aliciadas por traficantes, que não só consomem a droga como vendem pedras para os homens com quem fazem programas.

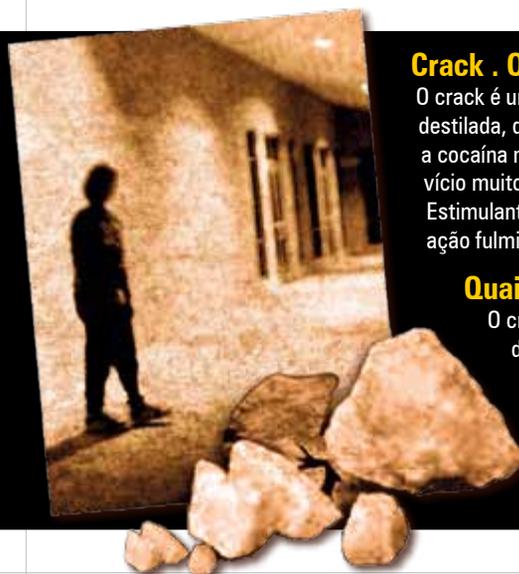
### Crack . O que é?

O crack é uma mistura de cloridrato de cocaína (cocaína em pó), bicarbonato de sódio ou amônia e água destilada, que resulta em pequeninos grãos, fumados em cachimbos (improvisados ou não). É mais barato que a cocaína mas, como seu efeito dura muito pouco, acaba sendo usado em maiores quantidades, o que torna o vício muito caro, pois seu consumo passa a ser maior.

Estimulante seis vezes mais potente que a cocaína, o crack provoca dependência física e leva à morte por sua ação fulminante sobre o sistema nervoso central e cardíaco.

### Quais são as reações do crack? O que ele provoca no organismo?

O crack leva 15 segundos para chegar ao cérebro e já começa a produzir seus efeitos: forte aceleração dos batimentos cardíacos, aumento da pressão arterial, dilatação das pupilas, suor intenso, tremor muscular e excitação acentuada, sensações de aparente bem-estar, aumento da capacidade física e mental, indiferença à dor e ao cansaço. Mas, se os prazeres físicos e psíquicos chegam rápido com uma pedra de crack, os sintomas da síndrome de abstinência também não demoram a chegar. Em 15 minutos, surge de novo a necessidade de inalar a fumaça de outra pedra, caso contrário chegarão inevitavelmente o desgaste físico, a prostração e a depressão profunda.



Além de serem induzidas por namorados, companheiros e maridos, muitas mulheres entram para o mundo do crack convencidas por irmãos ou parentes próximos, que já estão no tráfico. São comuns registros de casos de famílias inteiras nesse mundo. Quando os homens são presos, as mulheres assumem o comando, o que tem provocado muitos assassinatos de mulheres traficantes.

Em geral, quando o homem é preso por tráfico, a mulher, quando não está envolvida com drogas, assume o comando da casa e continua criando os filhos.

Outro tipo de envolvimento com o crack que leva mulheres para dentro das cadeias é se deixarem usar como “mulas” (pessoas aliciadas pelo tráfico exclusivamente para transportar drogas entre cidades, estados ou países, em troca de dinheiro). Apesar do extremo risco enfrentado, mulheres têm razões bastante simples para entrarem nessa: a situação de desespero e pobreza. Na maioria dos casos, elas são mães solteiras, com um número grande de dependentes na família para sustentar.

“A população carcerária é cada vez mais jovem e do sexo feminino. E a droga é o componente principal do crime. Pelo menos 50% das prisões de mulheres estão relacionadas com o tráfico de drogas”, relata César Rubens Monteiro de Carvalho, secretário de Administração Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro.

A boliviana D.N, 21 anos, também carrega uma história dramática. “Comecei a fumar crack e fiz de tudo para pagar meu vício, até que aceitei ser mula e fui pega. Estou presa há um ano e meio, sem con-

tato com a minha família, sem receber visita, sem saber o que vai acontecer”, revelou.

Não existe usuário moderado ou social de crack. Quem usa não consegue armazenar a droga, ou seja, consome tudo o que tem de forma ininterrupta. O dependente, quando em abstinência, vai fazer de tudo para conseguir uma pedra. Na grande maioria dos casos é necessária a internação. O papel da família é fundamental no tratamento. Enquanto o paciente está internado, a família deve ter atendimento ambulatorial para se preparar para a reinserção do parente. Cerca de 80%

**“Muitas mulheres entram para o mundo do crack convencidas por irmãos ou parentes que já estão no tráfico.”**

dos jovens que fazem tratamento sofrem com a ausência da figura paterna, e na grande maioria tem o apoio das mães, esposas ou irmãs.

A relação familiar e o resgate de valores são pontos importantes que devem ser desenvolvidos no tratamento dos dependentes. Independentemente de classe social ou escolaridade, a droga retira do convívio social crianças, jovens e adultos, destrói famílias e a dignidade de muitos usuários.

C.M.L (que prefere não se identificar), psicóloga e diretora de um abrigo municipal no Rio de Janeiro, diz que o tratamento ambu-

latorial não é eficiente para dependentes do crack.

A maioria das internações é involuntária. “Os pacientes estão com o senso crítico comprometido. Não têm noção do nível da própria dependência. Eles até reconhecem o problema, mas não admitem a internação”, diz. Geralmente é a família quem vai atrás do tratamento e toma a decisão. Mas a especialista alerta: “Para que seja feita a internação involuntária é necessário que a clínica tenha registro no Ministério da Saúde e também documento de autorização do Ministério Público”.

Na Unidade Municipal de Acolhimento Dom Hélder Câmara, no Rio de Janeiro, um adolescente de 13 anos contou que usa a droga há dois e procurou a instituição para tentar largar o vício. É a quarta vez que ele tenta. Nas outras, desistiu de lutar e voltou para as ruas. “Eu vim para o abrigo sozinho porque quero me livrar dessa praga.”

Muitas famílias recorrem a comunidades terapêuticas, ao invés de clínica de internação, pela diferença de custo. O valor do tratamento é alto e a diária de internação, que deve ser no mínimo de quatro meses, pode chegar a R\$ 350,00 - o tratamento completo custa em média R\$ 6 mil.

Para Solange, o diálogo com os filhos ainda é a melhor forma de prevenção. “Ter uma interação saudável com a família facilita o reconhecimento precoce do problema. É um tratamento contínuo e para o resto da vida, mesmo que a pessoa nunca mais faça uso da substância”, afirma a psicóloga. A internação é apenas a primeira fase. “Depois da desintoxicação e de trabalhar a autoestima do paciente, deve ser feita a ressocialização”, completa.

# Relações de gênero e sindicalismo de trabalhadores em educação



**Márcia Ondina Vieira Ferreira**

*Doutora em Sociologia (Universidade de Salamanca – Espanha); Pesquisadora do CNPq; coordenadora do Grupo de Pesquisas Processo de Trabalho Docente; Prof<sup>a</sup> da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPel)*

Muitas das minhas reflexões sobre gênero foram orientadas por reminiscências de experiências pessoais. É desta forma, também, que quero introduzir minhas ideias neste artigo.

Assim, para nós que somos docentes e vivemos no Rio Grande do Sul, uma imagem que marcou a construção de nossa identidade foi a de mãos femininas agitando sinetas, no período final da ditadura militar, durante manifestações do movimento docente capitaneadas pelo CPERS, depois transformado em CPERS/Sindicato.

Anos mais tarde quis o destino que eu me tornasse uma pesquisadora das relações de gênero e trabalho docente, e aquela imagem tem-me feito refletir sobre uma série de coisas.

Exatamente o que tenho me perguntado, é: quem são essas mulheres, negras e brancas, que sacodem as sinetas? Quem são esses

homens, perceptíveis nesse mar de mulheres? Como chegaram, elas e eles, a serem docentes e por que muitos e muitas se aproximaram do sindicato?

.....

**“A inclusão das mulheres nas centrais e sindicatos tem pretendido diminuir a situação de desigualdade.”**

.....

Para compreender essas questões, podemos começar realizando uma comparação entre o sindicalismo em geral e aquele que caracteriza a organização do sindicalismo docente, chamado, depois, de sindicalismo de trabalhadores em educação. Em nosso

país, o nascimento do “novo sindicalismo”, nos anos 1970, produziu-se sob a liderança de categorias majoritariamente masculinas.

A inclusão das mulheres nas centrais e sindicatos tem pretendido diminuir a situação de desigualdade quanto às pautas femininas e à participação das mulheres: ampliação de sua sindicalização e de sua participação nas mobilizações, no exercício da representação sindical e no cotidiano das atividades sindicais; criação de departamentos ou secretarias intituladas “da mulher” ou de “gênero”; inserção de reivindicações voltadas às particularidades das mulheres ou às discriminações por elas sofridas nas pautas das categorias.

Na área do trabalho em educação, o fato de que a maioria absoluta da categoria seja feminina contribui, em minha opinião, para ofuscar a pertinência destes debates.

Entretanto, considero que várias questões relativas ao tra-

balho em educação poderiam ser mais bem enfocadas caso se tivessem em mente a contribuição dos estudos sobre relações de gênero. Gênero é um conceito que explica que nossa inclusão na categoria de “mulheres” ou de “homens” depende de características culturais impostas aos corpos sexuados, no transcorrer dos tempos.

Neste sentido, as relações entre mulheres e homens são relações de poder incrustadas nas mentes e nos corpos masculinos e femininos, de tal maneira que cada uma e cada um de nós costuma saber como corresponder a essas exigências sem precisar refletir sobre isso. É o resultado de uma disposição inculcada, um *habitus*, no dizer do sociólogo Pierre Bourdieu.

Desta forma, em nossa área, poderíamos fazer uma infinidade de questões: como o fato de a docência ser predominantemente feminina afeta as concepções que se têm sobre o trabalho docente, as condições de trabalho e o salário? Um trabalho eminentemente feminino é uma missão? A sugestão de que ele é uma missão orientada o que se oferece como retribuição (econômica, social) ao mesmo?

Professoras e professores, cotidianamente, refletem sobre esses temas e sobre o lugar que desempenham na “produção” de meninos e meninas, homens e mulheres, por meio de suas práticas pedagógicas e pela interação que estabelecem com crianças e jovens?

E os sindicatos, por sua vez, conjecturam sobre esses aspectos à hora de levar adiante as pautas de reivindicação da cate-

goria? E no momento de praticar atividades de formação? Em termos do cotidiano das organizações sindicais, existem desigualdades de gênero no acesso às instâncias de poder? Existe uma divisão de tarefas/papéis segundo o sexo da/o militante? Qual a imagem de militância divulgada nas entidades?

.....

**“Como se também para os homens e as mulheres que atuam em sindicatos docentes fosse necessária uma reeducação para debater gênero.”**

.....

Embora fosse possível, aqui, indicar uma quantidade bem maior de questões para a reflexão e o debate, em meus estudos junto a sindicalistas docentes tenho percebido que eles e elas também têm dificuldade de problematizar esses temas, de tal maneira que podemos dizer que, quando são instados a falar a respeito, denotam desconforto ou manifestam que os mesmos lhes são “invisíveis”, talvez porque reduzam o objeto abordado à existência de conflitos de gênero ou atitudes sexistas no sindicato, elementos aparentemente menos presentes neste ambiente.

Ademais, suas representações lhes conduzem a somente enquadrar na categoria de “questões de gênero” as atitudes que vêm em pessoas do outro sexo, ou seja, é mais fácil identificar a diferença (nos outros) do que refletir sobre nossa identidade de gênero e o quanto a mesma conduz nossos comportamentos.

Na condição de professores e professoras, igualmente não questionam sua participação no processo de construção de diferenças de gênero. Em poucas palavras, é como se também para os homens e as mulheres que atuam em sindicatos docentes fosse necessária uma reeducação para debater gênero e as desigualdades daí advindas.

Talvez estejamos deixando de conhecer aspectos das condições do trabalho docente e da atuação sindical ao não dar suficiente atenção às relações de gênero em nossas análises. Por outra parte, há que convir que as mulheres não estão em minoria em muitos sindicatos docentes, nem precisam estar. Não são submissas às orientações masculinas. Têm demonstrado sua força e iniciativa na condução das organizações e das mobilizações.

Trata-se de formá-las para uma cada vez maior atuação política; mas do mesmo modo devemos pensar no enfrentamento de outros tipos de exclusão, com impacto igualmente funesto frente à perspectiva da justiça e equidade: desigualdades étnico-raciais, de preferências sexuais e as relacionadas com o *status* das diferentes categorias que são representadas pelo sindicato são exemplos de algumas delas.

# Elas estão por toda parte. Felizmente!

Nos estaleiros, navios, Polícia, Exército, futebol, Política, as mulheres ocupam espaço

O espanto do comandante geralmente é grande ao ver uma mulher embarcar no seu navio e assumir a tarefa de estacioná-lo no porto. É o que acontece na maioria das vezes em que Michele Andrade, de 27 anos, assume uma embarcação na costa brasileira para atracá-la.

Ela é a única mulher prático do estado do Rio de Janeiro e faz parte de um seleto grupo de sete, no Brasil, que diariamente atuam em um universo essencialmente masculino.

O prático é um profissional com experiência e conhecimentos técnicos em navegação, condução e manobra de navios. Auxilia também o comandante na condução em áreas de navegação restritas no meio ambiente marítimo, normalmente uma função desempenhada por homens.

“Tenho a necessidade a mais, em relação ao homem, de provar que sou capaz. Por ser uma profissão masculina é diferente quando uma mulher embarca. Eu digo ao comandante para confiar naquela pessoa, que é uma mulher e ele não está acostumado de ver naquele cenário”, explica Michele.



*Michele Andrade,  
única mulher prático do estado do Rio de Janeiro*

Michele não é uma exceção nos tempos de hoje. É raro, mas não é impossível e as mulheres estão cada vez mais conquistando espaço em profissões antes dominadas por homens. Em Pernambuco, por exemplo, elas já somam 16% da força de trabalho do estaleiro Atlântico Sul, em Suape.

O estaleiro tem 2.200 operários – 360 são mulheres. Já na fase de seleção para preenchimento das vagas, 40% dos inscritos eram do sexo feminino. Maria José, soldadora do estaleiro, nunca tinha

trabalhado na vida e agora sustenta o marido e os filhos com o salário que ganha.

Ela agora se dedica a montar plataformas, cortar chapas, preparar placas dos cargueiros. “De início ficamos um pouco assustadas”, confessa Maria José. “Mas, no dia a dia, vimos que seríamos capazes”, conclui. O diretor industrial do estaleiro, Reikui Abe, vê vantagens na contratação de mulheres em relação aos homens. “Elas têm destreza melhor do que a dos homens”, diz.

Ainda no Rio de Janeiro, 1,5 mil policiais se curvam diante das ordens da Tenente-Coronel Cláudia Lovain, comandante do 19º batalhão da Polícia Militar, em Copacabana. É a primeira mulher a ocupar esse posto.

Na polícia brasileira, nos últimos 30 anos, a participação das mulheres subiu de 2% para 13% - um exemplo de como as mulheres ocupam espaço e de quanto ainda falta para a igualdade. As mulheres ficam mais tempo na escola, mas no mercado de trabalho recebem apenas 71% do salário dos homens.

**Avanço na maioria das profissões** - Uma pesquisa feita pelo Instituto de Ensino e Pesquisa, Insper, mostrou que entre 1978 e

## “O número de mulheres engenheiras e de administradoras dobrou no mercado de trabalho.”

2007, o sexo feminino avançou em postos tradicionalmente masculinos. O número de mulheres engenheiras e de administradoras, por exemplo, dobrou no mercado de trabalho.

Mas o avanço ainda está longe de representar igualdade de oportunidades para ambos os sexos. Os números revelam que em 1978 apenas 4,94% dos engenheiros eram mulheres. Já em 2007, a participação feminina neste setor passou para 10%. “Apesar de ser o dobro, o número de mulheres ainda é muito pequeno”, afirma a professora de Economia e responsável pela pesquisa, Regina Maldonazzo.

Ela avalia que a participação da mulher e a escolha da profissão, hoje em dia, “é menos necessidade e mais uma conscientização do papel dela na sociedade”. Regina lembra que, no passado, as mulheres trabalhavam muito como professora do Ensino Fundamental, na época chamado de Primário.

“Era o caminho natural. Faziam o Normal e já entravam no mercado de trabalho como professora. Hoje o curso não mais existe e como vão ter que fazer faculdade as mulheres escolhem aquela a

qual se identificam, mas não necessariamente uma profissão que seja feminina”, explica.

Antes de tornar-se prático, Michele era oficial de náutica e trabalhava embarcada em navios. Foi quando começou a se interessar pela profissão. “Eu via a figura do prático conduzindo o navio no porto e decidi que queria fazer aquilo também”, recorda-se.

Ela admite, porém, que se cobra muito para provar que “é tão capaz quanto os homens”. Para ela, a maior barreira de uma mulher num ambiente essencialmente masculino “é ela mesma”.

“Acreditar que é capaz é o primeiro obstáculo a ser quebrado. É você acreditar que pode fazer aquilo, para depois provar aos outros. Se espera que alguém chegue e lhe diga: vá em frente, isso dificilmente vai acontecer num ambiente masculino”, observa.

Para a pesquisadora Regina Maldonazzo, a entrada da mulher no mercado e nas profissões masculinas, “tem a ver com a possibilidade de escolha”. Segundo ela, a mulher hoje já percebeu que é capaz, tem aceitação e desde cedo traça seu objetivo. “Não é mais uma profissão para quando não estiverem casadas ou não tiverem filhos, é uma opção para a vida inteira”, diz.

**Salários baixos, ainda** - Escolha que muitas vezes vai se deparar com uma realidade que ainda persiste no mercado de trabalho, no quesito remuneração. O salário das mulheres cresceu, mas ainda não atingiu o mesmo patamar dos homens. De acordo com o estudo, a diferença salarial entre ambos caiu pela metade nesses trinta anos, mas ainda se man-



Regina Maldonazzo:  
“mulher já percebeu que é capaz”

**“Mulheres ganham menos em quase todas as profissões.”**

têm. Em 1978, uma mulher ganhava em média 33% menos que um homem exercendo o mesmo cargo. Em 2007 ela recebia 16% menos.

A pesquisadora revela que as mulheres ganham menos em quase todas as profissões independentemente de ser masculina ou feminina. “Isso é algo que investigamos e ainda não conseguimos explicar nem identificar muito bem os fatores determinantes dessa desigualdade”, diz.

A distorção pode estar relacionada com a questão cultural. “Tem uma fase de investimento em carreira em que a mulher se afasta por algum motivo, como criação dos filhos, ou uma mudança de cidade para acompanhar o marido, e por qualquer motivo o homem terminou investindo mais. Isso não pode ser considerado discriminação, mas uma constatação de que a diferença de rumo acontece”, explica.

Uma mulher administradora ganha 40% menos do que o homem em média salarial. Muitas vezes ocorre de ele estar em um cargo superior ao dela, com o mesmo nível de estudo e de experiência. “A gente não consegue captar muito bem quais são as condições que fazem as mulheres serem promovidas e a dificuldade que ela tem de alavancar sua carreira faz



Foto: Claus Lehmann

*A alagoana Patrícia Melo, de 37 anos, trabalha há dez na TAM. Começou como atendente de balcão no aeroporto, foi comissária, co-piloto e hoje faz parte do pequeno grupo de mulheres que pilotam os aviões da companhia. Além de conduzir milhares de passageiros pelos ares, Patrícia e outros pilotos estão engajados no aumento das horas de treinamento e na redução de custos da área operacional da TAM, exposta a uma competição cada vez mais acirrada.*

com que ela vá ficando para trás em termos de salários”, lamenta Regina.

Michele e a comandante da PM, Cláudia Lovain, souberam correr atrás de seus sonhos e hoje quebram paradigmas e abrem espaço para que mais mulheres se aventurem nas profissões antes dominadas por homens.

Na aviação brasileira menos de 7% dos pilotos são mulheres. Mas isso não foi empecilho para Patricia Melo, comandante da TAM. Segundo ela, quanto está trabalhando “é a aviadora que está lá, a mulher ficou em casa”, diz.

A alagoana Patrícia Melo, de 37 anos, trabalha há dez na TAM. Começou como atendente de balcão no aeroporto, foi comissária, co-piloto e hoje faz parte do pequeno grupo de mulheres que pilotam os aviões da companhia. Além de conduzir milhares de passageiros pelos ares, Patrícia e outros pilotos estão engajados no aumento das horas de treinamento e na redução de custos da área operacional da TAM, exposta a uma competição cada vez mais acirrada. Patrícia pilota rotas nacionais e do Mercosul e mensalmente recebe sua escala definin-

## “A entrada das mulheres nas profissões masculinas é muito mais relevante.”

do seus destinos, dias de trabalho e folga e assim adapta sua vida à profissão. “Se eu quero os mesmos direitos tenho de ter os mesmos deveres”, diz

**A família e o trabalho** - Michele compartilha dessa visão e faz questão de mostrar que é a profissional que está estacionando o navio. “Procuro inclusive usar roupas discretas e pouca maquiagem. Também tenho consciência que no meu trabalho não tem espaço para problemas essencialmente femininos como TPM”, explica.

A vida familiar também se adapta a realidades incomuns, e muitas vezes essas profissionais seguem um caminho natural nas circunstâncias: casam com profissionais do meio.

O marido de Patricia e o noivo de Michele são piloto e prático, respectivamente.

“Seria mais difícil se não fosse alguém do meio. Não é fácil explicar ao companheiro que você tem que sair às 2h da manhã para pegar uma lancha e ir para um navio que só tem homem”, explica.

Com obstáculos ou não, a verdade é que as mulheres estão cada vez mais presentes no universo masculino e esse é um fenômeno que acontece em uma única direção. O contrário é muito menos marcante. “A entrada das mulheres nas profissões masculinas é muito mais relevante”, avalia a pesquisadora Regina Maldonazzo.

Ela enumera duas explicações para isso: “ou os homens talvez não gostem ou a sociedade tenha muito mais preconceito do homem executando uma tarefa feminina do que o inverso”, provoca.

### Invadindo a área

Aos poucos, as mulheres começam a invadir a área do futebol masculino. Como árbitras, bandeirinhas ou dirigentes de algum clube, elas impõem respeito nesse mundo considerado masculino. Recordista sul-americana por 29 vezes em provas de várias distâncias nos anos 80, Patrícia Amorim, 41 anos, comanda desde dezembro de 2009, o Flamengo, time com a maior torcida do país.

“No início foi bem complicado. Mas hoje em dia, não. Consegui administrar isso muito bem. Acho que as pessoas me subestimaram bastante. A mulher tem algo a acrescentar no futebol, sobretudo a sensibilidade e a organização, que hoje em dia é indispensável”, disse a presidente em entrevista a um programa esportivo.



Foto: Bruno de Lima

# "Há muito por fazer"

A situação das mulheres melhorou bastante nos últimos anos e a igualdade de oportunidades pode estar perto de se concretizar, mas ainda há muito espaço a conquistar, vencendo barreiras e preconceitos. A violência doméstica contra a mulher continua presente na vida de milhares de brasileiras, apesar dos mecanismos de proteção criados pelo governo.

Recém chegada ao cargo, a ministra **Iriny Lopes**, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, aponta esses e outros problemas a serem enfrentados em sua gestão, entre elas a erradicação da pobreza entre as mulheres e os salários (ainda baixos) em relação aos homens.

Iriny destaca também a atenção à saúde e a gravidade da AIDS entre as mulheres, além da participação pequena na política, o que em seu entender é resultado da cultura machista e dos estereótipos negativos que prevalecem nos partidos. É inadmissível que as mulheres, mais de 50 % da população brasileira, tenham menos de 10 % da representação nos parlamentos, destaca a ministra Iriny, em entrevista exclusiva à revista *Mátria*.



Foto: Agência Brasil

## Qual o maior desafio que a senhora vislumbra frente à Secretaria das Mulheres?

Um dos maiores desafios é a erradicação da pobreza entre as mulheres do nosso país. Para que isso ocorra é preciso empoderar e dar autonomia às mulheres, além de criar condições para que elas possam trabalhar sem se preocupar com os cuidados dos filhos. Também vamos avançar no processo de enfrentamento à violência contra a mulher, debelando a violência doméstica, que é a expressão mais perversa do desequilíbrio de poder entre homens e mulheres.

### Além disso, como avalia a situação da mulher brasileira hoje?

Podemos dizer que a situação da mulher brasileira melhorou muito. Nesses últimos anos, as mulheres conquistaram uma vida com mais cidadania, dignidade, inclusão, autonomia e menos violência. Já é possível dizer que a igualdade entre homens e mulheres no Brasil está um pouco mais perto de se concretizar.

Apesar das conquistas, ainda temos muito no que avançar. É preciso romper barreiras e preconceitos, eliminar a violência contra a mulher, diminuir as desigualdades de gênero, ampliar o acesso à saúde e à justiça e gerar condições para que as mulheres ocupem mais espaços de poder e de decisão. A conquista do poder e da possibilidade de tomada de decisões é fundamental para a correção das assimetrias de gênero. Significa a oportunidade de as mulheres serem valorizadas e incorporadas em áreas em que são historicamente discriminadas. Vamos trabalhar para garantir que as políticas para as mulheres se tornem realidade para todas as mulheres brasileiras.

### A lei Maria da Penha foi um grande avanço, mas ainda há muito que fazer. O que a senhora destacaria como prioritário nessa área de combate à violência contra a mulher?

Agora, temos que ampliar e aprimorar o atendimento e amparar as vítimas de violência, por meio da Rede de Atendimento à Mulher, bem como expandir a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180. Entendemos que a mulher em situação de risco não precisa somente de um abrigo temporário, indis-

pensável em inúmeros casos, mas também de serviços especializados em relação à questão jurídica, sócio-econômica, psicológica, policial etc.

A Rede de Atendimento à Mulher cresce a cada ano. Atualmente, existem 889 serviços em funcionamento: 464 Deams; 165 Centros de Referência; 72 Casas-abrigo; 58 Defensorias Especializadas; 21 Promotorias Especializadas; 12 Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor; 89 Juizados Especializados de Violência Domés-

**“A conquista do poder e da possibilidade de tomada de decisões é fundamental para a correção das assimetrias de gênero.”**

tica e Familiar e Varas Adaptadas; 26 Defensorias Especializadas; e 16 Promotorias/Núcleos de Gênero no Ministério Público.

Nesse período, 573.707 profissionais foram capacitados. Em comparação com o ano de 2003, tem-se um aumento de 50% no número de casas abrigo existentes e de aproximadamente 170% no caso dos Centros de Referência, além das Defensorias e Juizados especializados que começaram a ser criados, respectivamente, a partir de 2004 e 2006.

### Como avalia a desigualdade de gênero no mercado de trabalho. Avançamos? A diferença salarial entre homens e mulheres, apesar de estar diminuído, ainda é acentuada?

Avançamos, sim. Mas, ainda há um longo caminho a percorrer. O mundo passa por um fenômeno de feminização do mercado de trabalho que ainda não reverteu em igualdade salarial nem na ascensão dessas mulheres a postos de decisão e poder nas empresas. Historicamente, a taxa de desemprego das mulheres é superior à dos homens. Reverter essa situação é um dos grandes desafios da SPM, que vem combatendo a discriminação de gênero no mundo do trabalho e desenvolvendo programas de fomento à capacitação profissional e empreendedorismo das mulheres.

Desde 2005, a SPM vem implementando o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres cujo primeiro capítulo é sobre autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho. Para reduzir as desigualdades, podemos destacar os Programas Pró-Equidade de Gênero - que promove a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no ambiente de trabalho - e o Mulheres Construindo Autonomia na Construção Civil - curso de capacitação das mulheres em áreas predominantemente masculinas.

Quanto à diferença salarial, o que se observa é a tendência contínua de redução do hiato salarial entre homens e mulheres. Mas ela ainda é acentuada. A renda média mensal das trabalhadoras corresponde a apenas 71% da renda masculina.

**A mulher tem conquistado espaços antes masculinos (construção civil, motorista de avião, mecânica etc.). Isso é bom?**

Sim. É fundamental que as políticas públicas estimulem a ocupação de novos espaços profissionais pelas mulheres. Com o propósito de quebrar o estereótipo das profissões de predominância masculina e como o setor da construção civil é uma das principais alavancas do desenvolvimento econômico, desenvolvemos o Programa Mulheres Construindo Autonomia na Construção Civil. Trata-se de uma parceria com governos municipais e estaduais que atua diretamente na qualificação e formação de mulheres para sua inserção no mercado da construção civil.

O setor da construção civil é uma das principais alavancas do desenvolvimento econômico, pelo dinamismo e pela capacidade de gerar empregos. Em 2007, havia no Brasil 186 mil mulheres ocupadas no setor da construção civil, sendo que 127 mil empregadas com carteira assinada, 9 trabalhavam por conta própria, 16 mil sem remuneração, ajudando outros membros do domicílio, 28 mil estavam ligadas à construção de suas próprias moradias e 6 mil eram empregadoras.

**A AIDS mantém sua tendência de feminização. Como avalia essa realidade?**

Infelizmente a AIDS mantém sua tendência de feminização. Dados do Ministério da Saúde revelam que o aumento de casos de AIDS entre as mulheres se deu em todas as faixas etárias. Em

1986, a razão era de 15 casos de AIDS em homens para cada caso em mulheres, e a partir de 2002, a razão de sexo estabilizou-se em 15 casos em homens para cada 10 em mulheres. Na faixa etária de 13 a 19 anos, o número de casos de AIDS é maior entre as mulheres jovens. A inversão apresentou-se desde 1998, com oito casos em meninos para cada 10 casos em meninas.

**“O mundo passa por um fenômeno de feminização do mercado de trabalho que ainda não reverteu em igualdade salarial nem na ascensão dessas mulheres.”**

Entre 2000 e junho de 2009, foram registrados no Brasil 3.713 casos de AIDS em meninas de 13 a 19 anos (60% do total), contra 2.448 meninos. Na faixa etária seguinte (20 a 24 anos), há 13.083 (50%) casos entre elas e 13.252 entre eles. No grupo com 25 anos e mais, há uma clara inversão - 174.070 (60%) do total (280.557) de casos são entre os homens.

Os dados também mostram que a incidência de AIDS nas mulheres acima de 50 anos praticamente dobrou nos últimos dez

anos (de 7,3 em 1996 para 14,5 em 2006). A taxa de mortalidade também tem aumentado (de 5,5 em 1996 para 6,1 em 2006).

A questão da desigualdade de gênero é um fator determinante para essa tendência. Isso se dá porque as mulheres têm um menor poder de negociação, quanto ao uso do preservativo, e nas decisões que envolvem sua vida sexual e reprodutiva. Outro fator que contribui para esse crescimento é a violência doméstica e sexual sofrida por mulheres e meninas.

**Quais seus planos e ações imediatas à frente do cargo?**

Vamos honrar as mulheres como disse a presidenta Dilma Rousseff em seu discurso de posse. Trabalharemos para garantir que as políticas para as mulheres se tornem realidade para todas as brasileiras. Faremos uma gestão de continuidade, consolidando, aprofundando e avançando nas conquistas dos direitos das mulheres e nas políticas públicas para modificar o tratamento desigual dado às mulheres. Para tanto, faremos um trabalho junto com os movimentos sociais e estabeleceremos um canal direto de diálogo entre os governos federal, estadual e municipal. Também vamos nos empenhar para que o governo cumpra com um dos seus principais objetivos, que é a erradicação da pobreza.

**O que falta para a mulher ocupar mais espaço na política?**

Para as mulheres ocuparem mais espaço na política é necessário que elas deixem de ser estereotipadas. Não sofram preconcei-

to quanto à sua capacidade e competência, contem com o apoio dos partidos para o incentivo às suas candidaturas. Esses principais entraves têm relação com uma cultura patriarcal e machista que ainda acredita em espaços reservados às mulheres na sociedade, apesar de todas as conquistas sociais que alcançamos nas últimas décadas. Como a política é um espaço público por excelência e historicamente coube à mulher o espaço privado, do mundo dos cuidados e do doméstico, ainda há a ideia de que este espaço público, de poder e decisão, não pertence às mulheres.

**“Trabalharemos para garantir que as políticas para as mulheres se tornem realidade para todas as brasileiras.”**

Não é razoável que num país em que as mulheres são pouco mais de 50% da população elas sejam menos de 10% nos espaços dos parlamentos, por exemplo. Esta representação desigual torna estes espaços pouco acolhedores às mulheres. Estabelece-se então um círculo vicioso aonde as mulheres não são estimuladas a participar e desta forma o “espaço” da política segue subordinado exclusivamente aos códigos de conduta masculinos.

É inadmissível a atual sub-representação feminina nos espaços de poder. Essa reduzida representação empobrece a democracia e a cidadania brasileira, uma vez que as mulheres constituem mais da metade da nossa população.

**O Estatuto da Igualdade Racial foi sancionado este ano pelo presidente Lula. Como a senhora avalia a situação das mulheres negras, atualmente?**

A situação da mulher negra no Brasil de hoje manifesta um prolongamento da sua realidade no período de escravidão, com poucas mudanças, pois ela continua em último lugar na escala social e é quem mais carrega as desvantagens das desigualdades do país. Inúmeras pesquisas realizadas nos últimos anos mostram que a mulher negra apresenta menor nível de escolaridade, trabalha mais – porém com rendimento menor. As mulheres negras constituem, portanto, o segmento que se encontra em situação mais precarizada.

**O que a senhora espera de 2011?**

Este ano será profícuo e de muitas realizações em prol dos direitos das mulheres. O governo Lula criou a Secretaria de Políticas para Mulheres, abriu espaço para que as mulheres debatessem nas conferências municipais, estaduais e as duas nacionais seus principais problemas e, principalmente, pautassem as políticas públicas. O Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM) está em sua segunda versão. Em 2011, teremos a III Conferência Nacional de Políticas para Mulheres.

A presidenta colocou como eixo principal a erradicação da miséria. Isso significa que temos que trabalhar e construir programas, ações que efetivem o acesso das mulheres à educação, à saúde e ao mercado formal de trabalho. As estatísticas mostram que jo-



Foto: Agência Brasil

vens formam o maior contingente de desempregados. O PNPM coloca, dentre seus objetivos, oportunidade para mulheres jovens. Importante ressaltar que as ações não são isoladas. A SPM atua em sintonia com os demais ministérios, de forma a termos políticas públicas que dialoguem com as prioridades estabelecidas pelo governo federal.

# Mulheres nos espaços de poder e participação política



**Rosane Silva**

*Secretária Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT*

**A**s mulheres são maioria da população, entretanto, não é o que encontramos nos cargos de representação política. O Brasil é a 8ª economia do mundo, mas ocupa o 106º lugar no ranking mundial de participação política feminina no parlamento. Esta disparidade deve ser alvo de questionamento por parte de todos os movimentos sociais, partidos e sujeitos, que têm a democracia como princípio indispensável.

A atual bancada feminina na Câmara Federal é 8,77% do total da casa (45 mulheres em 513 cadeiras). Dos 22 partidos que têm representação na Câmara, 8 deles não elegeram mulheres. Também em três estados nenhuma mulher foi eleita deputada federal: Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Sergipe. Na bancada mineira, as mulheres são 1,9% do total. No Senado, as mulheres são 12 dos 81 Senadores. E dentre os 27 Governadores, são 2 mulheres.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) defende um modelo de desenvolvimento com valorização do trabalho, igualdade, sustentabilidade, distribuição de renda. Um modelo no qual a democracia e participação popular são

fundamentais. A ampliação da intervenção do Estado deve ser combinada com a radicalização da democracia e do controle social, permitindo assim, que as decisões da direção do crescimento econômico deixem de ser definidas exclusivamente pelos interesses do mercado.

.....

**“Política de cotas combinada com outras políticas de gênero é significativa para o avanço da luta das mulheres.”**

.....

Nesse sentido, a garantia de instrumentos que possibilitem a ampliação da participação das mulheres na política é determinante para o fortalecimento do Estado democrático. Um dos mecanismos que se fazem necessários para garantir uma maior participação política das mulheres é uma profunda Reforma Política, que fortaleça e avance na democracia direta.

No movimento sindical as mulheres também têm participação proporcionalmente inferior a dos homens. No quadro de direção dos sindicatos, quando elas estão presentes, ainda ficam fora dos três cargos tradicionalmente com maior poder: presidência, secretaria geral e tesouraria.

Para romper com esta realidade que a CUT cria em 1986 a Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora. Esta fase foi o início do debate sobre a inclusão da temática de gênero nas políticas da Central. Em 1993, em sua 6ª Plenária Nacional, a CUT aprovou a cota de gênero de, no mínimo, 30% para os cargos de direção da Central.

A implementação da política de cotas combinada com outras políticas de gênero foi e continua sendo significativa para o avanço da luta das mulheres trabalhadoras. Aponta para a possibilidade de construção de uma nova cultura sindical, baseada na divisão igualitária de poder e no convívio solidário com as diferenças.

A cota não é uma solução mágica que automaticamente vai transformar as relações de poder, mas sua aplicação significa uma ação concreta de ruptura com essa

situação injusta. As cotas alteram a composição dos espaços de tomada de decisão, favorecem um novo aprendizado sobre o exercício do poder, tanto para as mulheres como para os homens e impulsionam uma nova dinâmica nas relações políticas. A adoção da cota significa o reconhecimento de que o injusto é a ausência de mulheres nos espaços públicos e de poder.

Entretanto, as cotas em si não são suficientes para garantir uma política de igualdade de gênero. Primeiro porque as cotas não são uma medida somente para as mulheres que atuam no tema das relações de gênero, e sim, uma medida para todas as mulheres, independentemente de suas posições. Segundo porque é necessário adotar outras medidas para que seja garantida a política de gênero nos espaços sindicais. Mas, sem dúvida, a aplicação das cotas e a consequente maior presença das mulheres nos espaços, ampliam as possibilidades de construir alianças para avançarmos no que diz respeito aos interesses de gênero. Por isso as cotas são parte de uma política geral das mulheres na CUT, que estão estruturadas através da Campanha: “Igualdade de Oportunidades na Vida, no Trabalho e no Movimento Sindical”.

A partir desta Campanha, a CUT trás para debater com a sociedade eixos prioritários de atuação para promover a igualdade de oportunidades: a igualdade salarial entre homens e mulheres; igualdade de ascensão profissional; licença parental (maternidade/paternidade); existência de creches públicas no campo e na cidade; valorização do salário mínimo; alte-

ração do Artigo 7º da Constituição Federal para que haja equiparação dos direitos das trabalhadoras domésticas; ratificação da Convenção 156 da OIT; acesso das trabalhadoras rurais à terra, crédito e políticas públicas universais; legalização do aborto; fim da Violência contra as mulheres.

Para a CUT, o empoderamento das mulheres passa necessariamente pela presença das trabalhadoras nos espaços de poder, mas isso não basta. Para que as mulheres de fato tenham condições de construir sua emancipação, todas

.....

**“A ocupação dos espaços de poder pelas mulheres deve ser revertida em melhorias para o conjunto destas.”**

.....

devem ter direito de estar no mercado de trabalho formal, com direitos trabalhistas assegurados, e compartilhando com os homens e o Estado, a responsabilidade pelas tarefas de cuidado e de reprodução da vida humana. Hoje, grande parte das mulheres está na informalidade, em postos de trabalho precários, e, praticamente a totalidade destas têm que arcar com todas as tarefas domésticas e de cuidado com a família, sozinhas. Além disso, temos no Brasil mais de 6 milhões de mulheres trabalhadoras domésticas que não têm os

mesmo direitos trabalhistas mínimos assegurados.

Por isso, a ocupação dos espaços de poder pelas mulheres deve ser revertida em melhorias para o conjunto destas, o que significa dizer que é muito importante termos mulheres nos espaços de poder, mas, avançamos objetivamente quando elegemos mulheres comprometidas em construir uma sociedade justa, na qual a igualdade de oportunidade entre homens e mulheres esteja em seu horizonte.

Para nós, a eleição de Dilma Rousseff para a Presidência da República é uma vitória de todas as mulheres. É uma demonstração de que podemos estar em espaços de poder que eram considerados exclusivos dos homens. A presidenta vem demonstrando o compromisso com a incorporação das mulheres nos espaços de poder, por exemplo, indicando nove Ministras em seu Governo. Porém, a vitória de Dilma não significa automaticamente a conquista de direitos e igualdade, ela representa um importante passo e uma inédita conquista.

Temos expectativa de que a unidade e a solidariedade entre as mulheres permaneçam para continuarmos mobilizadas para as disputas que virão e para que o Brasil amplie a democracia e reduza as desigualdades entre as classes e entre homens e mulheres. Foi Dilma quem disse, a partir de sua própria história, em seu primeiro pronunciamento à nação, “Sim, a mulher pode!” Sim, nós podemos ter um Brasil justo e igualitário, garantindo autonomia econômica, social e política para as mulheres.

# Haitianas: vidas abaladas

Texto e Fotos: Marcelo Freitas

Um ano depois do terremoto, sem trabalho e sem comida, algumas mulheres se prostituem para poder alimentar os filhos



*Nas ruas, mulheres disputam doações*

**P**orto Príncipe (Haiti) - Na empoeirada Porto Príncipe, a feminilidade procura espaço num cenário de tragédia, escombros e miséria. Depois do terremoto de 12 de janeiro de 2010, o caso de violência feminina, desemprego, falta de higiene e de acesso a cuidados básicos de saúde se agravaram.

As haitianas são obrigadas a conviver com uma realidade cada dia mais distante das mulheres de qualquer outro lugar do mundo. “Nem me lembro mais a última vez

que me olhei no espelho”, resigna-se Fabíola Marie, moradora de Cité Soleil, a maior favela da capital do Haiti.

Os acampamentos de desabrigados tomaram conta da cidade. Não há mais nenhuma praça, jardim, campos de futebol ou área livre na capital haitiana. Um ano depois do terremoto ainda restam mais de 800 IDPs (campos de desabrigados) formados por barracas de acampamentos, com um tonel de água fornecido pelas Nações Unidas. Mais inúmeros banheiros

químicos enfileirados ao lado do desestruturado abrigo que comporta cada um, uma média de 50 mil pessoas.

Esta é a realidade de mais de 1 milhão de haitianos que ficaram sem ter onde morar depois do terremoto. Um simples banho se tornou um hábito raro, perigoso e disputado. A água é cara e cada vez mais escassa. E para garantir o asseio pessoal é preciso abrir mão de valores e pudores. Em Pétionville, um bairro antes nobre de Porto Príncipe, uma fonte abandonada



*Mãe haitiana cozinha na rua protegida por guarda-sol*

é a única lembrança do local onde era a residência oficial do primeiro-ministro do Haiti.

O jardim foi tomado por mais de cinco mil famílias. O charfaz se tornou uma lavanderia e um local de banho ao ar livre. É onde as mulheres tomam banho seminuas, na rua, à luz do dia. “É um processo social complicado, e a mulher haitiana acaba ficando muito vulnerável porque essa situação facilita a violência, as torna alvo de ataques sexuais”, enfatiza Luiz Codina, médico peruano da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas).

### **Violência e prostituição**

Relatório da Anistia Internacional, divulgado em janeiro, revelou que uma média de duas mulheres foram estupradas por dia

em Porto Príncipe nos cinco meses seguintes ao terremoto. A tragédia matou 3 mil pessoas, deixou 300 mil feridos e 1 milhão e meio de desabrigados. Foram 250 casos de violência sexual conhecidos entre janeiro e maio de 2009.

Num país que não tem fornecimento de energia elétrica para 95% da população, a escuridão da noite facilita a ação de criminosos. Em qualquer lugar do mundo, após um estupro, a mulher recorre a uma instituição de segurança e a um hospital. No Haiti não. As agressões sexuais, segundo a entidade, são na maioria vindas de milícias armadas que invadem as barracas a noite ou dos próprios policiais haitianos, que deveriam garantir a segurança.

“A ONU tem tido uma atenção especial para melhorar a segu-

rança das mulheres quando elas vão aos banheiros, para terem iluminação e se sentirem seguras”, afirma a médica gaúcha Jeanine Kettner, uma das 422 mulheres que integram a Minustah, Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti.

A prostituição é outra mazeia que acomete a realidade das haitianas. Desesperadas pela falta de emprego e perspectiva, mães vão às ruas de Pétienville oferecer o próprio corpo por quantias irrisórias. Apenas o suficiente para garantir a alimentação e moradia dos filhos.

Sob roupas excessivamente decotadas e abuso na maquiagem, transparece uma alma solitária de mãe, passando por cima da própria vergonha para conseguir trazer comida à mesa. É o caso de Mielene

Chance, de 24 anos. Ela começou a se prostituir há seis meses. Com dois filhos e sem marido, se entregou ao desespero após a tragédia. “Claro que não gosto do que faço. Mas faço pelos meus filhos. Não quero que sofram”.

### Atendimento médico

Depois da tragédia as condições de assistência aos haitianos são péssimas. Somente 18 hospitais ficaram de pé em Porto Príncipe, a maioria em estado precário, com a estrutura montada ao lado de escombros ou de paredes que ainda ameaçam cair. Mas a falta de recursos mínimos de segurança levou organizações internacionais, como a Cruz Vermelha e a Médicos Sem Fronteiras, a montarem unidades de saúde improvisadas. Filas de haitianos em busca de tratamento médico é cena recorrente.

Centenas de pessoas se aglomeram na porta dos pseudo hospitais buscando desde o tratamento de uma dor, até casos mais graves



*Mercado improvisado nas ruínas de Porto Príncipe*

como contaminação pelo cólera, principal ameaça à população haitiana desde o ano passado, e que tornou ainda mais precário o acesso ao atendimento básico de saúde.

De cada 10 haitianos, 7 vivem com menos de US\$ 2 por dia. Mas, contraditoriamente, é preciso pagar por uma saúde de qualidade para usufruir de um hospital longe de ter atendimento qualificado.

A saúde pública esbarra em desafios históricos. A situação de pobreza favorece o surgimento de problemas sociais ainda maiores. “Estima-se que mais de 250 mil mulheres grávidas vivam em acampamentos de desabrigados, embaixo de lona, sem nunca ter feito um exame preventivo”, frisa o representante do Comitê Gestor Brasil-Haiti do Ministério da Saúde, Carlos Felipe D'Oliveira.

As Nações Unidas trabalham na criação de um seguro médico para a mulher. Trata-se de uma ga-

rantia de atendimento gratuito às crianças e às haitianas no período da gravidez até o parto e também nos cuidados com os recém-nascidos. E uma ação social promovida pelos militares brasileiros garante a distribuição de fraldas descartáveis para as mulheres, já que no país não existe absorventes.

### Sem trabalho

A situação no Haiti não reflete somente as consequências dos fenômenos naturais. O histórico de três décadas de ditadura, corrupção e violência urbana levou o país ao 25º lugar entre os mais pobres do mundo. “Não há consciência, capacidade de mobilização por mudanças sociais. Eles acordam e levantam. Vivem em função do hoje, e isso me assusta”, conta o padre brasileiro Hércules Antônio de Lima, pela segunda vez em missão no Haiti.

A Missão de Paz das Nações Unidas chegou ao Haiti em abril de 2004 e atualmente conta com 10 mil homens de 19 países, sendo



*Para as mulheres sobram incertezas*



*Sem saneamento, mulheres e crianças tomam banho nas ruas*

2.208 militares brasileiros. Os “boinas azuis” são responsáveis por garantir a segurança do país. “Eu acredito que se as tropas simplesmente saíssem hoje, as gangues voltariam a atuar e talvez gerassem uma guerra civil”, enfatiza o Coronel Altair Poulzin, comandante do 2º Batalhão de Paz.

O desafio social é imenso. Metade dos 8 milhões de haitianos – sendo 45% com até 25 anos de idade – não tem emprego e 80% vivem abaixo da linha da miséria. Porto Príncipe está tomada por pessoas que andam pelas ruas por puro senso de oportunidade. Precisam estar presente caso haja uma distribuição de donativos. “Infelizmente, há muitos haitianos que nunca puderam trabalhar para comprar seu próprio alimento. Vivem apenas de doações e acabam desconhecendo o que é ser cidadão”, lamenta o porta-voz do batalhão brasileiro no Haiti, coronel Valdir Campelo.

O comércio ressurgiu a passos lentos como caminho para recuperar a economia local. As calçadas da cidade estão tomadas por móveis, televisores, roupas, objetos antigos – tudo está à venda. Mas falta o principal: compradores.

As mulheres se viram como podem para garantir o sustento das famílias. Carregam sobre a cabeça as doações entregues ou os alimentos que conseguem comprar nas feiras livres, que disputam espaço com lixo e entulhos. Os tradicionais bolinhos feitos com barro, sal e gordura se tornaram uma importante, embora lamentável, fonte de renda. A venda, porém, foi proibida depois do risco da lama usada na fabricação da iguaria ser um agravante para o problema do cólera.

### **Esperança, apesar da miséria**

A nação caribenha tenta se reerguer em meio à desgraça. A reconstrução é lenta e os US\$ 10 bi-

lhões prometidos pela comunidade internacional não chegaram em decorrência do clima de instabilidade criado durante as eleições presidenciais.

A estimativa mais otimista aponta para duas décadas o tempo suficiente para a nação oferecer condições de vida digna aos habitantes. “A população tem meios para mudar, tem dotes artísticos notáveis e merece que o país se desenvolva. É um processo que vai demorar, mas estamos vencendo a batalha”, sublinha Igor Kipman, embaixador do Brasil no Haiti.

Mesmo em meio às feridas abertas pela tragédia, o haitiano tenta demonstrar dignidade. Uma cena comum é usar a dança ou cantar, mesmo que o semblante ainda seja de olhar distante. Religiosos, eles vestem a melhor roupa no domingo e circulam impecáveis pelas ruas em direção às igrejas, muitas apenas uma estrutura de cimento cru coberta por um plástico. Diariamente as crianças colocam uniformes que lembram os usados antigamente em escolas do Brasil.

A jovem Beatrice Buan, de 16 anos, é o retrato da esperança. Vaidosa, tenta usar maquiagem, “só não gosto de batom”, fazer a unha, colocar brinco “mas tem que ser pequeno”, pulseira e corrente no pescoço. “Mesmo ficando numa situação de penúria tem que ficar bonita”, destaca, lembrando que tem vivido nos últimos meses numa barraca de lona compartilhada com o irmão, o pai e a mãe.

No Haiti sobram incertezas, mas há um sentimento escondido atrás de sorrisos modestos que podem ainda demonstrar que uma vida melhor está por vir.

## Reconstrução do sindicato do Haiti

Contribuições de vários países da América Latina para ajudar na educação

Sindicatos de educadores de toda a América Latina se uniram para reconstruir a organização sindical do Haiti destruída durante o terremoto que atingiu o país em janeiro de 2010.

“A situação do Haiti é muito crítica porque temos a pobreza que historicamente afeta o país agregada aos efeitos do terremoto, e agora o cólera, que está matando os seres humanos em níveis altíssimos”, lamenta Maria Tereza Cabrera, do sindicato da República Dominicana e coordenadora do movimento de reconstrução do sindicato haitiano.

A Internacional da Educação, juntamente com os sindicatos da América Latina, visitou o Haiti em junho de 2010 e na ocasião ficou decidido que todos iriam colaborar para reerguer o sindicato.

“Nós, da República Dominicana, compartilhamos a ilha com o Haiti e por isso temos trabalhado fortemente para levantar uma nova sede e termos assim um espaço para trabalhar”, diz.

De acordo com María Tereza, quando ficar pronto o sindicato poderá funcionar como um ponto de referência para a ajuda aos haitianos. Ela explica que o país está devastado e aproximadamente 1,5 milhão de pessoas vivem nas ruas.

A situação dos professores não é diferente. No Haiti existem cerca de 50 mil educadores e boa parte enfrenta uma dura realidade. Apenas 10% da educação haitiana é pública. O restante está no setor privado, e segundo Maria Tereza as escolas foram destruídas e os professores não têm onde lecionar.



*Ruínas do Sindicato dos Professores no Haiti*

“Aqueles que trabalham para o governo estão sem receber salário há muito tempo”, lamenta. De acordo com ela, “há professores que pedem bolsas, lápis e materiais para tentar trabalhar em algum lugar, de forma improvisada, com as crianças”, lamenta.

O sindicato será reconstruído em um novo terreno “mais seguro e com maior garantia em relação aos efeitos naturais”, explica.

A CNTE é parceira na campanha para reconstrução do sindicato haitiano e ofereceu a sua contribuição que, somada às da Argentina, da Colômbia e de Curaçau, atingiu 30 mil dólares.

“A população do Haiti segue vivendo em meio ao caos, sem perspectiva de mudança a curto prazo” constata Juçara Dutra Vieira, vice-presidente da Internacional da Educação.

*Maria Tereza Cabrera,  
coordenadora da  
campanha de  
reconstrução do  
sindicato*

*Juçara Vieira  
em visita a  
escolas do Haiti*



# Olhar atento à mulher

Texto: Michéle Canes

Reunião na Tailândia defende a criação de observatório internacional para monitorar políticas de promoção das mulheres

**E**las sofrem com a pobreza, a desigualdade salarial, o preconceito, a falta de espaço no poder e ainda são vítimas da violência. Em todo o mundo, com mais ou menos espaço, organização e apoio, as mulheres lutam para que seus direitos sejam cumpridos e sua voz, ouvida. Essa batalha se dá de diferentes maneiras pelos países, e as dificuldades, experiências e conquistas de umas podem ser exemplo, incentivo e força para outras.

A Tailândia, país marcado pela exploração sexual, foi escolhido para ser a sede da primeira *Conferência Mundial da Mulher*, um encontro de trabalhadoras da área educacional realizado pela Internacional da Educação, a IE, que hoje representa mais de 30 milhões de educadores em todo o mundo.

Na capital do país, Bangkok, 350 representantes sindicais de diversos países se reuniram durante três dias, de 20 a 23 de janeiro deste ano, para tratar de temas como a situação das mulheres no mundo e no sindicalismo, a função da educação na ascensão das mulheres ao poder e ações para atingir a igualdade de gênero.

“É muito preocupante, quando se pensa em democracia, ver que 52% da nossa população é formada por mulheres e que só 1% detém alguma propriedade. Temos salários mais baixos, mas participamos da



*Sindicalistas dos cinco continentes discutiram estratégias de empoderamento da mulher*

produção em mais de 70%. Quando nos vemos diante dessas questões, percebemos que não existem políticas para as mulheres em nível mundial para que essa situação seja revertida”, destacou Ísis Tavares Neves, secretária de relações de gênero da CNTE e uma das representantes da Confederação no evento.

## América Latina

Durante toda a conferência, o protagonismo e forte atuação da América Latina foram destaque. “A América Latina pautou toda uma discussão política sobre ações que envolvem o empoderamento

das mulheres, sobre como a escola é um instrumento fundamental para que as meninas tenham mais acesso aos espaços de poder, a cargos. Na América Latina, aumentamos o número de meninas e mulheres na educação. Mas, apesar disso, sabemos que ainda temos muito que avançar na questão da igualdade”, disse Fátima Silva, secretária de relações Internacionais da CNTE e uma das integrantes de mesas de debate.

Segundo Ísis, a região é a mais avançada das redes que compõem a IE em termos de discussões em encaminhamento de propostas. Foi a América Latina que

levantou questões como a de que qualquer ação para a diminuição dessa desigualdade deve passar por políticas públicas.

“Não é possível que só os sindicatos ajam como entidades e falem, procurem fazer ações, sem aliados. Chega um determinado momento em que esbarramos em uma parede que se chama parlamento. Então, a partir daí é preciso ter aliados nos Congressos, nas Câmaras nos governos, para que você encaminhe essas políticas”.

Outro ponto destacado pela rede foi a importância da contextualização política e conjuntural dos países para embasar os debates e dar até mesmo a dimensão dos problemas e avanços feitos pela região diante da realidade que vivem.

“Para ter mais sentido, é preciso analisar a conjuntura. A América Latina teve um papel muito importante ao situar o debate. Por que nós estamos assim? Por que na Europa está havendo um retrocesso nos direitos trabalhistas e todos aqueles problemas que estão acontecendo e nós aqui, com todos os nossos problemas estamos conseguindo avançar? Isso foi extremamente importante e várias propostas foram encaminhadas”, conta a secretária de gênero.

**Com suporte de informações, um observatório internacional faria o monitoramento das políticas dos governos em relação às mulheres, com as metas para o milênio**

**Monitoramento** - Quem e quantas são e como vivem as mulheres no mundo? São poucos os dados para subsidiar as lutas e embasar demandas. Por isso, as representantes sindicais latino-america-

nas propuseram à IE a criação de uma grande estrutura de estudo de gênero.

“Um observatório que publique e que invista em pesquisa. Que evidencie as questões que nós compartilhamos nossos problemas. Isso daria mais subsídios às entidades filiadas para discutir melhor com seus governos, suas categorias”, explica a secretária.

Além do suporte de informações, o observatório funcionaria como uma ferramenta de monitoramento. “Monitorando os governos - através da Internacional da Educação -, todas as políticas das metas do milênio 20 e 21 e todas as políticas de inclusão e empoderamento das mulheres como de direitos sexuais e reprodutivos, de acesso à educação pública, de salários iguais com relação ao sexo masculino. Seria um monitoramento de políticas educativas de equidade e igualda-

de sob a ótica dos trabalhadores em educação”, acrescenta Fátima Silva.

### O Brasil em debate

Nos três dias de conferência foram muitos os temas levantados pelas participantes. Houve espaço para destacar as ações brasileiras, como a criação da Lei Maria da Penha e dos comitês de gênero dentro de Ministérios, além da existência de uma secretaria especial voltada para as mulheres.

Entre os muitos pontos em debate, estava a necessidade do combate à pobreza, presente na vida de muitas mulheres. “Temos que lutar pela erradicação da pobreza que ainda tem características femininas. A feminilização da pobreza é uma realidade, é algo comprovado. A maioria das pessoas pobres são meninas ou mulheres. Daí o combate à pobreza, o fortalecimento das discussões em



Grupo da América Latina enriqueceu o debate sobre os avanços nas políticas públicas para as mulheres

relação aos direitos humanos, porque a educação, direitos sexuais e reprodutivos são direitos humanos. Essas questões foram bastante abordadas na rede”, ressaltou Ísis.

A maneira como as mulheres são expostas na mídia também foi abordada. Os meios de comunicação muitas vezes contribuem para a construção de um estereótipo negativo em torno delas. “É um debate que precisa ser feito. A figura da mulher é explorada tanto como objeto sexual, como aquela pessoa que é uma cidadã de segunda categoria, onde a sua esfera é o privado e não o público. A educação, a justiça, todos têm conselhos que regulam que acompanham. A mídia é a única que não tem. Não se trata de fazer controle no sentido de censura nem de restrição, mas de acompanhamento. Não é cercear a liberdade, mas de

finir como as empresas de comunicação têm que trabalhar”, enfatizou Ísis.

Também como representante do Brasil, a presidente da Apeoesp (Sindicato dos Professores de São Paulo), Maria Izabel Noronha, a Bebel, participou de uma mesa sobre homofobia, xenofobia e a diversidade. “A experiência que apresentei foi o trabalho desenvolvido para levar o tema da diversidade no currículo. O avanço que fizemos de como trabalhar a questão do racismo, a lei que trata da questão do racismo no currículo exemplificando a dificuldade que se tem com a questão da xenofobia”.

A mesa deu essa oportunidade de ampliar a questão da diversidade. Sair do detalhe homem/mulher, a sexualidade dela, mas também como tem sido o enfrentamento dela em relação a essas

discriminações que acontecem no dia a dia”, conta Bebel.

A mesa trouxe a experiência de outros países, como a Espanha “Ainda há muito o que fazer mas eu acredito que a conferência sai com um saldo de que a mulher poderá ocupar postos mais significativos, não só porque é mulher mas porque dependendo do campo em que está, ela carrega consigo um projeto social e educacional”, acrescenta.

### Fortalecimento

Ao conhecer a realidade de outras mulheres e encaminhando propostas e melhorias, as participantes da primeira Conferência Mundial saíram enriquecidas de ideias para ampliar os avanços na luta pela igualdade.

“Saber das dificuldades que as mulheres enfrentam na Ásia, conhecer aquela cultura enriquece qualquer um que participa de uma conferência. Me surpreendeu também o interesse, principalmente da Ásia, mas de todo o mundo, pela América Latina”, destacou Fátima Silva. “Foi um avanço significativo ter essa primeira conferência que reuniu mulheres de todos os continentes”, acrescentou Bebel.

Marilda de Abreu Araújo, secretária de organização da CNTE, também estava entre as representantes da Confederação. “A Conferência foi de nível muito elevado, esclareceu muito sobre a situação das mulheres no mundo inteiro e tiramos desses relatos estratégias para tratar a questão da mulher, para que ela tenha igualdade perante a sociedade. O encontro nos proporcionou grande crescimento”, concluiu.



Ísis Tavares: ‘É preciso ter aliados no Parlamento para fazer avançar as políticas para as mulheres’

# A valorização do magistério na visão das professoras amazonenses

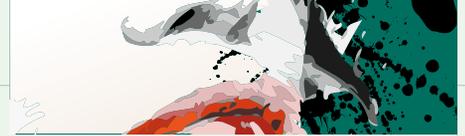
Texto: Raimunda de Souza Gomes<sup>1</sup>

## Introdução

O objeto desse estudo é o entendimento que as/os profissionais do magistério possuem acerca da Valorização Profissional, especialmente as mulheres, no sentido de traduzir ao público seus anseios e necessidades, a partir de um olhar direcionado. Considerando que o magistério é formado em sua maioria por mulheres e que as mesmas, são duplamente exploradas, pois, se desdobram em duplas e triplas jornadas de trabalho, estão mais expostas às doenças profissionais por serem mais vulneráveis que os homens, sendo a Síndrome de *Bournout*<sup>2</sup> a mais frequente no universo do magistério.

As mudanças estruturais e conjunturais impostas à educação brasileira pela reestruturação do sistema educacional a partir dos anos 90 do século XX dentre outras questões, destinou recursos específicos para a valorização do magistério, através de medidas como a aprovação da Lei 9424/96 - FUNDEF<sup>3</sup> e a Lei 9394/96<sup>4</sup> - LDB que impulsionaram as mudanças e adequou o Brasil às exigências dos Organismos Multilaterais que pregavam a qualidade no ensino, no bojo dessas transformações estava à formação de professores/as. Os governos, por sua vez se utilizarem desses recursos de maneira indevida e não promoveram de fato a valorização profissional, confundindo a categoria e a opinião pública, com propostas resignificadas, não atendendo às expectativas das educadoras.





## O que pensam as professoras sobre a Valorização do Magistério

Discutir a Valorização do Magistério a partir do olhar que as professoras possuem do processo e de si mesma é sem dúvida um duplo esforço, pois, exige primeiro conhecimento da política estadual e nacional de valorização profissional e segundo como os sujeitos se veem inseridos profissionalmente numa categoria.

Há nesse aspecto um sentimento coletivo entre as professoras, principalmente as professoras dos anos iniciais do ensino fundamental, que lidam com apenas uma turma por turno de trabalho, o que torna a ligação mais estreita com os/as alunos/as e a satisfação ao vê-los/as terminar os estudos e se tornarem cidadãos/ãs de bem, combinado ao fato de gostar do que fazem e considerar seu trabalho de grande relevância social. Porém, não se sentem valorizadas pelas ações do poder público.

E quando questionadas sobre o porquê de não se sentirem valorizadas pelo Estado as respostas são muito semelhantes, destacando-se as seguintes: a) o governo não respeita a categoria, se a respeitasse pagaria um bom salário; b) os baixos salários e as condições de trabalho ruins expressam essa desvalorização; c) a sociedade brasileira também desqualifica o/a profissional do magistério, quando desaconselha os/as filhos/as a ingressarem no magistério<sup>5</sup>; d) o estigma de trabalhar por amor, porque o magistério é um sacerdócio, inibe a ideia da profissionalização.

Em situações mais graves, esse quadro de insatisfação produz um sentimento de raiva e/ou frustração, evidenciado nesta discussão do conceito de Valorização Profissional. Em que a maioria das professoras entrevistadas percebe a ausência de um salário digno, de respeito profissional e de uma boa qualificação não condiz com a proposta de valorização. Como destaca essa entrevistada<sup>6</sup>:

A questão da valorização passa evidentemente pelas condições necessárias para que o trabalhador da educação venha a ter qualidade no sistema de ensino e aprendizagem e na sua própria vida. De modo que fica difícil desenvolver um

.....

**“As professoras não percebem que a desvalorização é sinônimo de discriminação contra as mulheres.”**

.....

bom trabalho quando você não tem as condições necessárias e fundamentais para o bom desempenho do educador, inclusive condições para se programar, estudar se planejar. O Estado nunca priorizou a questão salarial dos professores, sempre optou por uma política de arrocho salarial, quem da necessidade do professor e de sua família, apesar da arrecadação do Estado aumentar todo ano, isso não é revestido no salário do professor (entrevistada n° 07/capital).

Considerando que a questão salarial é parte indispensável em qualquer proposta de valorização profissional, essas professoras traduzem essa compreensão de que o salário está imbricado com a formação e as condições necessárias

para a execução de um trabalho de qualidade, veja a fala da próxima entrevistada:

Valorização é a materialização, ou o reconhecimento do nosso fazer através de um bom salário que garanta aos trabalhadores uma boa qualidade de vida. Portanto, valorização requer uma boa formação, pois, eu vejo que só através dessa formação é que nós professores vamos moralizar a profissão, por que antigamente qualquer pessoa podia entrar numa sala de aula e se dizer professor, agora a nova legislação impede, para ser professor tem que ter formação adequada. Todos precisam ter curso superior para entrar no magistério. Ainda falta muito para se fazer, mas já houve um grande avanço (entrevistada n° 17/ interior).

Embora tenham claro, o fato de não haver valorização profissional na rede estadual de ensino, as professoras não percebem que a desvalorização é sinônimo de discriminação contra as mulheres, decorrente do fato de que a categoria do magistério é constituída majoritariamente por mulheres e não assimilam a discriminação do mundo do trabalho no magistério e, justificam dizendo:

No magistério não há discriminação entre homens e mulheres, todos ganham o mesmo salário, só ganha mais se trabalhar mais, se você tem dois empregos ai sim, vai ganhar um pouco melhor, mas a jornada é a mesma, todo mundo tem 20 horas (entrevistada n° 07/capital).

No entanto, ao analisar as fontes da Secretaria Estadual de Educação percebe-se que nas séries iniciais do ensino fundamental ainda é aceito o nível médio, habilitação magistério, enquanto, que nas séries finais e ensino médio há exigência do curso superior. Isso se reflete também, na formação dos/as atuais professores/as, as mulheres estão mais presente na área das ciências humanas, principalmente na Pedagogia. Nas ciências exatas e bioló-

gicas um número mais expressivo de homens. Os Planos de Cargos, Carreiras e Salários também expressam a divisão na tabela salarial, que é bem distinta, com níveis que vão do médio ao superior com pós-graduação. Porém, o maior contingente está localizado no nível médio, com possibilidade de ascensão aos outros níveis, desde que atenda aos critérios de promoção vertical.

Nesse sentido, a discriminação de gênero é velada e imperceptível aos olhos daquelas que estão investidas nas funções do magistério, o que justifica as opiniões das professoras investigadas. Mas, como esse não é o foco do estudo, mesmo sem perceber esse viés as professoras têm claros, os aspectos que compõe o tripé da valorização.

### O que pensam sobre a Carreira do Magistério

Essa abordagem acerca da Carreira Profissional do Magistério demonstrou haver uma confusão teórica no que seja cargo e carreira para a maioria das professoras entrevistadas. Falta clareza de que o cargo compõe a estrutura organizativa do órgão, no caso em tela, o cargo de professora, enquanto a carreira inserida se configura pela evolução do profissional em níveis e referências, de cada cargo através de promoções, seja por tempo de serviço, mérito ou titulação.

Veja o que diz essa entrevistada:

A nossa carreira depende de nós mesmos valorizá-la a cada dia, pesquisando e aprimorando nossos conhecimentos, já que o governo não está nem um pouco interessado. Toda vez que nós entramos na internet e pesquisamos sobre um determinado assunto, lemos um livro, nós estamos adquirindo conhecimentos e nos

valorizando, pois melhoramos na nossa função acadêmica. A maior virtude de um professor não é o hoje e sim o futuro, é o conhecimento que ele passa, porque o aluno que ele forma hoje, amanhã poderá ser um colega de profissão. Se nós não nos espertarmos [para] essa situação, poderemos no futuro até ser alunos de nossos alunos (entrevistada nº 05/ interior).

Não obstante, as diferentes interpretações acerca do que seja a carreira do magistério, todas têm a clareza de que ela não existe dissociada de investimento público e esforço próprio. Devendo garantir ascensão profissional, através de mecanismos legais que se inicia no ingresso e vai até a aposentadoria, deva ser organizada

.....

**“Salário, formação e carreira são essenciais para construção social da docência.”**

.....

horizontal e verticalmente em um Plano de Cargos, Carreira e Salário. Entretanto, fica claro que a temática merece ser mais discutida para que a categoria assimile o conceito formal de carreira profissional.

### Qual a visão acerca da formação

A formação<sup>7</sup> é fundamentalmente um processo e não um fim em si mesmo como foi feito, no primeiro momento, de forma aliçada para responder aos interesses internacionais, priorizando a formação inicial e secundarizando a formação continuada em todos os níveis de atuação do

magistério. A qualificação é uma construção coletiva conforme explicita Mourão (2006).

As falas das entrevistadas expressam opiniões convergentes em pontos importantes, divergem em outros mas, têm em comum o reconhecimento do passo importante que foi dado para garantir mais qualidade à educação.

A formação já esteve pior, agora já está melhorando e a tendência é melhorar cada vez mais, porque hoje o mercado exige um profissional bem formado, não só formado nas bases da política como também nas bases do aprendizado. A formação que nós fomos obrigados a fazer, ficou muito a desejar, em minha opinião. Mas, foi boa para despertar em nós a necessidade de lutar para que ela se torne mais coesa e, para isso, é necessário provocar o governo para termos um salário melhor e no futuro possamos pagar a formação que queremos. Porque quando pagamos podemos exigir a formação que nós queremos e não aquela que nos é imposta (entrevistada nº 10/capital).

Aproveitando a fala dessa entrevistada chamamos a atenção para uma importante discussão que permeia o debate acerca da formação: é a questão das PPPs (parcerias públicas e privadas). A escola segundo a professora Arminda Mourão (2006, p.266) incorpora a linguagem empresarial de gestão, fomenta na instituição a lógica do público a qual se confunde com a lógica do privado e, estes mecanismos imperceptíveis, vão tecendo fios que engessam a escola pública brasileira.

É justamente esse engessamento que dá suporte para deslocar o real problema por que passa



a escola pública e os processos de formação. Há concretamente uma confusão entre o coletivo e o individual. A formação não deve priorizar somente o indivíduo, o processo de formação institucional busca propiciar mecanismos para que o/a professor/a possa exercer sua profissão.

A qualificação profissional também é uma preocupação para Frigoto (1996) que chama a atenção para o fato de que esta capacitação é construída, sobretudo, através da participação em organismos coletivos como: sindicatos, movimentos sociais, associações científicas e culturais, partidos político – ideológicos portadores de um projeto alternativo de sociedade.

O tripé da valorização do magistério – salário, formação e carreira – são essenciais para construção social da docência que, segundo Mourão (2006, p. 267), “perpassa pelo entendimento da qualificação como construção social”. A profissão do magistério é construída em um processo que é contínuo, contraditório e coletivo.

### O que pensam sobre a questão salarial

A questão nodal quando se aborda a “Valorização Profissional” é remetida ao quesito salário. Pois, há por parte das educadoras uma enorme frustração salarial, que se repete por décadas e ao abordar a questão volta à tona os fantasmas da falta de condições para ter uma vida mais digna. Este fato as angustia e evidencia que a falta de condições e o aumento da jornada de trabalho são frutos dos baixos salários e falta de reconhecimento da profissão.

Nas falas das entrevistadas fica claro que todas lamentam a negligência do poder público em reconhecer a relevância da profissão e recompensar com um bom salário.

Para mim, salário é você receber dignamente para se manter e manter sua família, infelizmente nós temos muito trabalho para recebermos tão pouco. Eu digo até que, aqueles que têm só uma cadeira trabalham por duas, então o que falta é a diminuição da jornada, para se ter um pouco mais de tempo para a família. No entanto, o salário influencia também na formação, porque com um salário melhor, respeitoso daria para o professor dar uma aula melhor e se qualificar melhor também (entrevistada 04/ interior).

Essa complementa a opinião da colega com uma fala diferente:

[...] O salário, todos nós sabemos que não somos pagos dignamente. Eu gostei muito de um livro que eu estou lendo que diz assim: escola que reprova é boa? Então hospital que mata também é bom. Eu gostei muito, por que isso reflete no que nos estamos querendo no nosso trabalho. Então nosso salário não é justo uma vez que nós estudamos para isso, nos capacitamos para isso. Nós fazemos de tudo para que o péssimo salário não influencie tanto, porque senão nós não conseguiríamos fazer nada na sala de aula. Existem muitos professores e poucos educadores, o professor é um mero transmissor de conhecimento e o educador é aquele que se preocupa em transmitir e transformar o pensamento do aluno, despertando a consciência crítica dos fatos (entrevistada 10 /interior).

A profissão docente muitas vezes tem sido rebaixada devido aos problemas relativos ao ato de ensinar, ou seja, muitos/as profissionais por estarem com salários defasados afirmam que “trabalho quanto ganho, como ganho pouco...”. Em relação a essa situação Almeida (2006, p. 94) destaca que essas preocupações inserem-se no campo do que vários autores denominam de *profissionalidade docente*, ou seja, referem-se aos modos como a constante acomoda-

ção profissional vai permitindo novas maneiras de os sujeitos professoras se entenderem como profissionais capazes de desempenhar suas funções.

Portanto, a luta contra o grande capital deve ser travada diuturnamente na perspectiva de consolidar na prática, conquistas previstas na lei, dentre elas a Lei 11.738/2008, que instituiu o Piso Salarial Profissional Nacional, aprovado em votação unânime nas duas Casas do Congresso Nacional e sancionado pelo Presidente da República.

### Breves considerações

A Valorização Profissional do Magistério já deu alguns passos importantes, mas, ainda há muito que se construir. Os avanços são significativos, porém, ainda não são suficientes e o conceito de valorização por parte dos governos é muitas vezes mal interpretado e deturpado dificultando a sua concretude. Professores/as e demais profissionais da educação precisavam se indignar não apenas com o salário, que é pouco, com a sala de aula que é quente e lotada, com a dupla ou tripla jornada de trabalho em decorrência dos baixos salários ou simplesmente reclamar sozinho na escola. Mas, indignar-se fundamentalmente com o sistema que explora e expropria cada vez mais os trabalhadores e as trabalhadoras.

Portanto, se faz necessário banir o discurso de que o magistério é vocação e que as mulheres professoras, trabalham por amor às crianças ou por serem carinhosas e que o magistério é a extensão do lar. Mas, reforçar o concei-

to de profissionalização, exigindo que o magistério seja remunerado com base no Piso Salarial Profissional Nacional, definido como parâmetro mínimo de remuneração em todo país. Que se cumpram as exigências legais para o exercício do magistério como: formação adequada, ingresso exclusivamente por concurso de provas e título, carreira organizada que lhe possibilite ascender na profissão e salário digno.



Raimunda de Souza  
Gomes (Doquinha)  
Secretaria da Mulher  
Trabalhadora da CTB

## Referência Bibliográfica

ALMEIDA, Maria Isabel. **A reconstrução da profissionalidade docente no contexto das reformas educacionais – vozes de professores na escola ciclada.** In: SILVA, Aida (et all) Políticas Educacionais, Tecnologias e Formação do Educador: repercussões sobre a didática e as práticas de ensino. Recife: ENDIPE, 2006.

AMAZONAS, Governo do Estado do. **Plano de Cargos, Carreira e Remuneração.** SEDUC: Manaus, 2004.

CNTE. **Magistério Público: Diretrizes para a Carreira e Remuneração.** Caderno de educação n° 06: Brasília, 1997.

CODO, Wanderley (org.) **Educação: carinho e trabalho.** Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação / Universidade de Brasília – Laboratório de psicologia do trabalho. Petrópolis – Rj, Vozes, 1999.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A formação e a profissionalização do educador: novos desafios.** In: SILVA, Tomaz Tadeu da & GENTILI, Pablo (org.). *Escola S. A. – quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo.* Brasília, CNTE, 1996.

MOURÃO, Arminda Rachel. **O currículo por competência e a formação de professores.** In: SILVA, Aida (et all) Políticas Educacionais, Tecnologias e Formação do Educador: repercussões sobre a didática e as práticas de ensino. Recife: ENDIPE, 2006.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas.** 3 ed. Campinas - S. P. Autores associados, 1997. Coleção educação contemporânea.

## Notas

- 1 Mestre em Educação pela UFAM, professora da rede pública de ensino, ex-presidente do SINTEAM e Secretária da Mulher Trabalhadora da CTB.
- 2 Na definição de Codo (1999, p.238), a Síndrome de *Bournout* é entendida como um conceito multidimensional, envolvendo três componentes:
  - 1) Exaustão Emocional – situação em que os trabalhadores sentem que não podem dar mais de si mesmo a nível afetivo. Esgota a energia e os recursos emocionais próprios, devido aos contatos diários com o problema.
  - 2) Despersonalização – desenvolvimento de sentimento e atividades negativas e de cinismo às pessoas destinatárias do trabalho (usuário/cliente) - endurecimento afetivo, “coisifica” a relação.
  - 3) Falta de realização pessoal no trabalho – tendência a uma evolução negativa no trabalho, afetando a habilidade para a realização do trabalho e o atendimento, ou contato com as pessoas usuárias do trabalho, bem como a organização.
- 3 Nos primeiros 5 anos de vigência da Lei 9.429/96, ou seja, entre 1997 e 2001, a utilização de parte dos recursos da parcela de 60% do FUNDEF destinado ao pagamento de salário dos professores poderia ser empregado na capacitação de professores leigos (formação inicial e continuada em

nível médio e superior), definida pelo próprio governo (estadual ou municipal) de acordo com suas necessidades.

- 4 Saviani (1997; p.28), diz que a nova lei trazia uma referência especial ao magistério. A valorização do professorado, a partir das seguintes medidas: a) estudos para a formação, aperfeiçoamento, treinamento e retreinamento de professores e especialistas; b) profissionalização do professor pelo Estatuto do Magistério; c) critérios para a fixação dos padrões de vencimentos à base da capacitação do professor e não pelo nível de ensino ao qual esteja atuando; d) tratamento especial aos professores não-titulados; e) aproveitamento de graduados do ensino superior com professores das disciplinas de formação profissional; e) capacitação do magistério para as suas responsabilidades polivalentes na escola; f) co-responsabilidade dos professores na ministração do ensino e verificação da eficiência da aprendizagem dos alunos.
- 5 De acordo com o professor Wanderley Codo, nos dias atuais, ser professor não é motivo de orgulho e nem dá *status*, pois este é atribuído ao poder aquisitivo. A sociedade diz aos filhos dos trabalhadores: estude, forme-se, até se pós gradue, mas saia para o mercado de trabalho e ganhe dinheiro, depois vá ao shopping e compre, gaste. O professor não ganha dinheiro, consequentemente não tem como gastar. Por essa razão não está entre as profissões almejadas, apesar de continuar sendo um trabalho interessante, importante, desejado (CODO, 1999, p. 341).
- 6 A pesquisadora se utilizou do critério de substituir os nomes das entrevistas por números seqüenciais, para garantir o sigilo das informações.
- 7 Frigotto (1996, p. 92) chama atenção para os processos de formação e profissionalização dos educadores restrita as exigências do Banco Mundial e CEPAL com ênfase apenas no processo de escolarização necessária ao processo de trabalho e questiona. Que tipo de educador queremos formar, na perspectiva adaptativa ou transformadora e diz: a formação, qualificação e profissionalização humana do educador, numa perspectiva contra – hegemônica, centra-se em uma concepção *omnilateral* de dimensões a serem desenvolvidas que envolvem o plano do conhecimento histórico – científico e, igualmente, os planos bio-psíquico, cultural, ético – político, lúdico e estético.

# A fase das descobertas

Texto: Katia Maia



O despertar da sexualidade na juventude, no Brasil, acontece a partir dos 16 anos para os meninos. As meninas, pouco depois

Foto: Claus Lehmann

“**B**eije seis meninas na festa da escola”, disse Júlio animadamente para a mãe. Estava feliz. Finalmente, entrara para o rol dos garotos que beijam. A mãe ficou horrorizada com a quantidade, mas tentou disfarçar certa naturalidade. Afinal, o filho estava radiante. Parecia que tinha dado um passo importante em sua vida. E tinha mesmo.

Sem ter noção do que estava acontecendo com ele, Júlio tinha simplesmente vivenciado uma etapa importante de várias outras que terá durante a sua adolescência, até finalmente alcançar a idade adulta. Com treze anos, experimentara um momento importante na formação de sua sexualidade.

A juventude é o momento em que o menino e a menina vivem a experimentação da sexualidade, e isso possibilitará a estruturação de sua identidade.

“Na adolescência, a sexualidade tem uma expressão diferenciada. “Uma especificidade, um fator importante que é se encontrar com o outro”, avalia Ana Sudária de Lemos, da área de Saúde de Adolescentes e Jovens do Ministério da Saúde.

É na adolescência que começam as ‘experimentações’ e o adolescente vai atrás do outro. A juventude torna-se um ciclo decisivo para a demarcação das diferenças de gênero, no campo da identidade. A iniciação sexual se destaca como um rito de passagem, envolvendo trânsitos distintos entre a infância, a adolescência e a juventude. É quando acontece a afirmação da virilidade e a busca por autonomia.

“Na adolescência vem a interação com o outro e isso faz com que seus comportamentos e atitudes se modifiquem”, diz Ana Sudária. Ela ressalta, porém,

que as atitudes dos jovens não são uma constante e podem se modificar de acordo com as gerações, o local e a sociedade em que vivem.

**O início da aventura** - Estudos revelam que a sexualidade do jovem brasileiro começa por volta dos 15 e 16 anos e que as meninas estão tendo suas relações sexuais um pouco mais tardiamente. É nessa fase que o jovem desenvolve seus códigos. Começa a fase do 'andar juntinho', 'ficar', 'formar par' e namorar.

"Ficar é quando a gente 'fica' mais de um dia com uma menina, mas não tem nenhum compromisso", explica Júlio. Segundo ele ainda têm outras etapas que não são apenas o beijar – como aconteceu na festa - o namorar, a aliança de compromisso "e por aí vai", diz.

Ana Sudária explica que a adolescência é a fase em que "eles estão construindo a sexualidade e fazem isso experimentando e adquirindo valores de uma cultura sexual e de grupo, e utilizam essa necessidade de conhecer e reconhecer o novo, experimentando".

Com isso, podem acontecer os comportamentos ou atitudes que para quem está de fora pode parecer homossexual, "mas

## “Jovens abandonam a camisinha nas uniões consideradas estáveis.”

que naquele momento faz parte da construção da sexualidade e não é determinante se o jovem será heterossexual ou homossexual", observa.

Luciana tem hoje 17 anos. Timida, ainda não teve namorado. Mas, quando estava com 14 anos, uma tarde estava na casa de uma amiga que também não tinha namorado. As duas tinham curiosidade sobre o beijo na boca e decidiram experimentar uma com a outra. "Essa menina fez uma experimentação apenas e isso é legítimo", revela Ana Sudária.

Ela ressalta que isso faz parte da descoberta sexual e é saudável "no sentido de saúde: se a relação é segura, com prevenção e não for uma ação forçada ou violenta." Foi uma decisão daquele momento. Nesse sentido não é doentio, afirma e complementa: "seria doentio se fosse uma pessoa que aceita tudo, não sabe dizer não".

**Atenção à camisinha** - Bruno, de 15 anos, vive em Brasília, filho de classe média, cursa o ensino Médio em colégio particular e costuma se reunir com os amigos para ir ao shopping ou a um cinema. Clara, também de 15 anos, vive igualmente na capital federal mas mora em um abrigo para menores.

*Ana Sudária: 'Os adolescentes constroem a sexualidade experimentando'*

Estuda em escola pública e cursa ainda a 5ª série do ensino Fundamental.

Realidades distintas e formas diferentes de enxergar. Clara não gosta de falar de sua sexualidade.

"Tenho vergonha", diz ela, mas admite que já teve vários namoradinhos e que "avançou o sinal com alguns deles". Mas não gosta dizer se usou camisinha. Ela garante, porém, que conhece tudo sobre os métodos contraceptivos.

Bruno adora se exhibir e revela que já teve a primeira relação sexual. "Foi numa festa, na casa de um amigo. Os pais dele estavam na festa, mas a casa era grande e eu fui para um quarto com a minha namorada na época". Recorda-se e garante: "claro que usei camisinha".

É a partir da adolescência que o jovem começa a se preocupar com os riscos trazidos pela AIDS. Os dados confirmam que o grande desafio é passar da teoria à prática, fazer com que o conhecimento se transforme em mudança de atitude.

De acordo com a Pesquisa de Comportamento, Atitudes e Práticas da População Brasileira (PCAP 2008), 97 % dos jovens de 15 a 24 anos de idade sabem que o preservativo é a melhor maneira de evitar a infecção pelo HIV, mas o uso cai à medida que a relação torna-se estável.

**Risco de AIDS continua** - O boletim Epidemiológico DST/AIDS 2010, do Ministério da Saúde, realizado com mais de 35 mil jovens de 17 a 20 anos de idade indicou que, em cinco anos, a prevalência do HIV nessa população passou de 0,09% para 0,12%.



## “Trabalhar com saúde e prevenção é mudar atitudes.”

O estudo também revela que quanto menor a escolaridade, maior o percentual de infectados pelo vírus da AIDS (prevalência de 0,17% entre os meninos com ensino fundamental incompleto e 0,10% entre os que têm ensino fundamental completo).

Depois de um longo papo, Clara admite que ‘transou’ sem camisinha. “Mas tenho certeza que não peguei AIDS”, acrescenta. Ela conta que foi com o namoradinho que vive em uma cidade próxima a Brasília, que conheceu em uma das comemorações do seu abrigo. “Ele também é abrigado, só que vive em outro lugar”, explicou.

Para Dirceu Greco, diretor do departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais, a pesquisa traz um alerta aos jovens que não se consideram em risco. “O jovem precisa

perceber que a prevenção é uma decisão pessoal e que ele não estará seguro se não se conscientizar e usar o preservativo”, enfatiza.

Perguntei a Clara se ela já tinha tido alguma orientação sexual. Ela respondeu que sim, na escola. O Ministério da Saúde desenvolve o Programa Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE), uma iniciativa conjunta entre Saúde e Educação. Criado em 2003, hoje está presente em mais de 65 mil instituições de ensino.

A iniciativa se une a um programa da Internacional da Educação (IE) que conta com a parceria da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) o EPT/AIDS. Desde 2007, os educadores brasileiros ajudam a construir uma nova cultura no país e desenvolvem ações e mobilização entre os jovens.

No dia 1º de dezembro de 2010, Dia Mundial de Luta contra a AIDS, um milhão de estudantes participaram, em todo o país, de atividades relacionadas ao combate e prevenção da doença. Este ano, sindicatos de vinte estados participantes do EPT/AIDS receberam durante o 31º Congresso Nacional da CNTE kits educativos de conscientização e enfrentamento da AIDS nas escolas.

Fátima da Silva, coordenadora do projeto EPT/AIDS na CNTE, lembra que o trabalho dentro das escolas é muito mais que apenas passar informações. “Trabalhar com saúde e prevenção é mudar atitudes e, também, rever valores”. Para a CNTE, as escolas públicas devem ser um espaço permanente de discussão. “A CNTE através dos sindicatos tem um papel importante de mobilização da comunidade escolar capacitando desde o funcionário

*Mala do prazer: kit didático da EPT/AIDS para apresentações nas escolas*

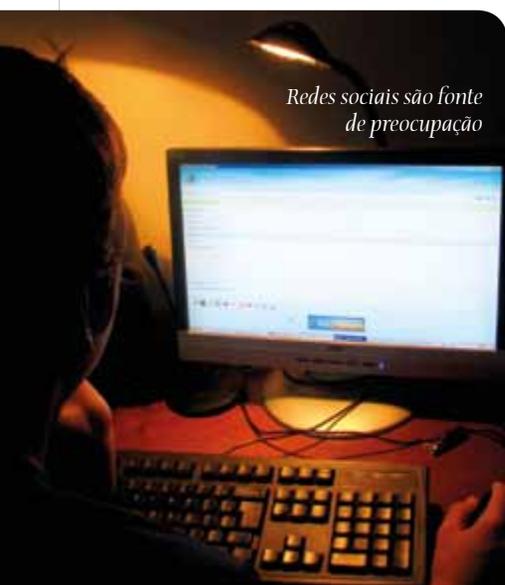


que trabalha na portaria até o professor”, avalia Eduardo Barbosa, diretor Adjunto do Departamento de DST/AIDS do Ministério da Saúde.

Avanços existem. “Hoje em dia as coisas estão mais abertas, há mais acesso a contraceptivos e a gente vê as próprias campanhas e o trabalho de educação sexual nas escolas”, anima-se Ana Sudária.

Para especialistas, o importante é tratar a sexualidade do adolescente como uma etapa natural na vida de cada um deles e que deve ser debatida e discutida. “Aí entra fortemente o papel da família”, afirma Sudária.

Ela alerta para a facilidade de acesso a todo tipo de informação disponível na internet e na televisão, como um todo. “Informação eles tem. Precisam é de formação”.



*Redes sociais são fonte de preocupação*

# Oportunidade agora é lei

**Texto:** Gisele Nunes Brasil  
**Foto:** Elói Correia / Agecom

Aprovação do Estatuto da Igualdade Racial reafirma a necessidade de o estado brasileiro promover políticas afirmativas

**F**oram quase vinte anos de tramitação pelas duas casas legislativas do Congresso Nacional, mas em 2010, finalmente foi aprovado o Estatuto da Igualdade Racial. Sancionado pelo presidente Lula, o Estatuto alcança cerca de 90 milhões de pessoas e em seus 65 artigos tenta corrigir desigualdades referentes às oportunidades e direitos que os descendentes de escravos do país, que representam 50,6% da sociedade, ainda não usufruem.

Para a ministra Luiza Helena de Bairros (foto), da Secretaria Especial de Políticas de Promoção à Igualdade Racial (SEPPPIR), o Estatuto é um instrumento que ajuda a reafirmar a necessidade de o estado brasileiro promover políticas afirmativas.

“É uma arma de combate às desigualdades raciais e ao racismo. O Estatuto aponta uma proposta de um sistema nacional de promoção da igualdade racial que já está em discussão desde o governo passado aqui na SEPPPIR. É ainda um mecanismo importante para definir as competências da União, dos estados e dos municípios na implementação das políticas de igualdade racial”, afirma.

O Estatuto abrange a educação, saúde, justiça, segurança, cultura, questões das terras e quilombolas, entre outros. Ações impor-



tantes para o avanço na promoção da igualdade racial e para reparar os erros cometidos contra os negros, valorizando também sua etnia e cultura. “Você viver com a consciência de que a branquitude

na sociedade racista é um valor e que, por si só, é capaz de abrir portas, oportunidades e possibilidades que uma pessoa negra muitas vezes nem imagina que existam, requer uma busca por oportunidades. Eu busquei isso durante toda a minha vida”, ressalta a ministra.

Para Luiza Helena, a sanção do Estatuto da Igualdade Racial é, sobretudo, um instrumento contra qualquer ação discriminatória. Não deixa, contudo, de ser uma ferramenta que nos traz vergonha. “Como um país, que tem em sua maioria os negros, precisa de uma lei que dê a este povo autoridade de agir conforme sua cultura?”, indaga.

A ministra afirma que a dificuldade é ainda maior para as negras. “Ser mulher e negra no Brasil é, talvez, o lugar menos confortável de se viver. Ter a consciência de ser negra em uma sociedade racista leva você constantemente a pensar que esse tipo de relação da sociedade não pode permanecer”.

Como ministra da SEPPPIR e uma das nove mulheres escolhidas pela presidente Dilma Rousseff para representar o gênero feminino no ministério, Luiza de Bairros, encara o cargo como mais um desafio em sua vida. “A cada desafio que você enfrenta acha sempre que ele é maior do que os anteriores. E é exatamente assim que eu me sinto agora”.

**Uma batalhadora**

Nascida em 1953, em Porto Alegre, **Luiza Helena de Bairros** mudou-se para Salvador em 1979, onde começou sua trajetória na luta contra a discriminação racial. Sua escolha para assumir a SEPPIR foi comemorada por líderes de movimentos negros. Segue entrevista exclusiva da ministra à revista *Mátria*.

### **Há algum projeto da SEPPIR para a implementação da lei 10.639?**

Essa é uma discussão que tem uma importância grande para todos vocês da CNTE, porque a lei 10.639/03 modifica a LDB. Então, quando a gente fala na obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afrobrasileira, na verdade estamos falando de uma determinação da Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional. Então, desde que a LDB foi modificada, nós temos uma série de esforços que foram feitos tanto pelos educadores negros, que atuam nas instituições de ensino, como pelo próprio MEC no momento da criação da SECAD, que tinha entre as suas finalidades criar as condições para implementação desse dispositivo da LDB.

Infelizmente, depois de sete anos o que a gente vê é que ainda estamos muito aquém do que poderíamos ter do ponto de vista de uma educação antirracista. Eu tenho discutido muito com os setores que trabalham com essa questão a necessidade de nós lançarmos um olhar mais crítico sobre a própria política educacional, no sentido de verificar exatamente por que é possível que as escolas e as secretarias estaduais e municipais de educação descum-

pram a LDB. Como é possível uma lei ser descumprida sem que absolutamente nada aconteça? A presença desses assuntos nos currículos escolares se deve muito mais a uma decisão que milhares de professoras vão tomando pelo Brasil de trazer esses conteúdos para dentro das salas de aula, independentemente de qualquer tipo de estímulo das secretarias de educação ou das direções das escolas.

É importante que o cumprimento da lei continue na pauta de reivindicação das organizações sindicais de professores, porque

**“Estamos ainda muito aquém do que poderíamos ter do ponto de vista de uma educação antirracista.”**

isso nos ajuda enormemente dentro desse debate mais amplo sobre a qualidade do ensino. Fazer com que a educação seja um instrumento que liberte a sociedade do racismo e das discriminações deveria ser um ponto fundamental.

**Pesquisa revela que as mulheres ocupam pequenos espaços no mercado de trabalho, mais ainda quando são negras. Por quê?**

A presença das mulheres no mercado de trabalho é algo que cresce ao longo do tempo, mas sempre mantendo uma proporção menor de mulheres do que de ho-

mens. Apesar de todas as mudanças que eu acredito que estejam acontecendo, as mulheres estão cada vez mais entrando em setores de atividades que não são mais aqueles tradicionais. Há uma hierarquia dos salários, que no Brasil sempre se caracterizou por ter o homem branco no topo, a mulher branca logo em seguida, depois os homens negros e, por fim, as mulheres negras.

Sem dúvida alguma é muito significativa a crescente entrada de mulheres no ensino de terceiro grau, o que vai trazer repercussões do ponto de vista da entrada dessas mulheres no mercado de trabalho, porque no Brasil a escolaridade ainda tem um valor grande dentro do mercado de trabalho.

**Além de ser mulher e negra a Sra. alcançou o cargo máximo da SEPPIR. Como avalia a escolha da presidenta Dilma Rousseff ao lhe colocar na Secretaria?**

A minha presença aqui é fruto de uma decisão política da presidenta, quando estabeleceu a meta de um ministério com pelo menos 30% de mulheres. Isso cria condições para você abrir os olhos para a existência de mulheres que são militantes políticas, profissionais e que em outras condições não seriam vistas.

Considero essa uma decisão fundamental para que muitas de nós pudéssemos ser vistas com um mínimo de possibilidade de participar de um espaço tão importante, como é esse dentro do governo federal. Temos a possibilidade de influenciar, em algum nível, o rumo das decisões que são tomadas em relação a parcelas tão significativas da população brasileira.



## Lições de cidadania

Projetos desenvolvidos por educadores passam a inspirar debates construtivos sobre temas polêmicos como adoção, discriminação e outros

Uma simples boneca e uma ideia que já rendeu até prêmio. No Rio Grande do Sul, na cidade de São Leopoldo, a diretora da Escola Estadual de Ensino Fundamental Firmino Acauan, Mirian Zimmer, desenvolveu um projeto que trabalha a identidade dos alunos.

O bairro onde a escola está localizada é um dos mais violentos da cidade. Muitos dos alunos são filhos de presidiários, traficantes, prostitutas e alcoólatras. A dura realidade vivida por eles tem como resultado a baixa autoestima. A falta de identidade com o nome, sua raça, cultura e direitos levou Zimmer a trabalhar uma diversidade de temas com a ajuda de uma boneca negra, presente dado à pro-

fessora pelos colegas de trabalho.

Tudo começou no início do ano letivo de 2008. Muitos alunos tinham dificuldade de voltar às aulas e a boneca foi usada para tornar mais fácil o primeiro dia do ano letivo. A aceitação foi ótima e o brinquedo ganhou popularidade na escola. As crianças escolheram um nome para a nova amiga e “Acauana” passou a ser o principal instrumento para aproximar os alunos de temas como adoção, gravidez, cuidados com crianças, discriminação e responsabilidades.

Primeiro, o projeto trabalhou a questão racial. A aceitação dos estudantes foi tão grande que os educadores passaram a trabalhar a cultura negra, a história e o respeito entre os alunos. O suces-

so fez a diretora pensar em expandir as funções e aproveitar o carisma da boneca Acauana para outros temas, como a igualdade de gênero e até mesmo a participar da edição de 2010 do prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, promovido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) da Presidência da República, do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCT), do Ministério da Educação (MEC), e do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher.

“A ideia de participar do projeto igualdade de gênero surgiu quando estávamos realizando uma palestra na Secretaria de Educação,



Cartaz de divulgação do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, 2010

em Porto Alegre, sobre a Igualdade Racial. Lá recebemos o folder sobre o 6º Concurso. Então, percebemos que era possível apresentar o trabalho que já estávamos desenvolvendo. Afinal, a boneca Acauana, é mulher e negra. Seria importante divulgá-lo. E também, o valor do prêmio poderia nos ajudar a criar novas metas”, conta Mirian.

As escolas vencedoras receberiam o prêmio de 10 mil reais. “Se ganhássemos esse prêmio, o que poderíamos fazer para trabalhar mais a questão da mulher? Trabalhar a lei Maria da Penha, contratar psicólogas para poder desenvolver um trabalho mais forte. Já tínhamos começado algumas ações, mas precisávamos contratar pessoas capacitadas para tratar desses temas”, lembra a diretora. E deu certo! A escola foi uma das vencedoras da categoria Escola promotora da igualdade de gênero. O sucesso que Acauana fazia na escola ganhou, em 2011, proporções ainda maiores.

### Projeto elevou a autoestima de alunas de todas as idades

“São muitas atividades. Para este ano, vamos trabalhar com ações para erradicar a violência entre as meninas da escola, evitar a gravidez na adolescência, conhecer a Lei Maria da Penha e divulgar entre as famílias, conhecer as conquistas do movimento feminista, preparar a escola para as diferenças. Com o prêmio Construindo Igualdade de Gênero conseguimos angariar fundos para outros como o *Menina Mulher*, que conta com a contratação de palestrantes na área de saúde, psicologia e de direito para fortificar a autoestima e promover o desejo de autonomia na vida das alunas”, conta Zimmer.

Estudantes de todas as séries estão envolvidos. São crianças e adolescentes entre seis e 18 anos. Para a diretora, trabalhar a igualdade é uma chance de mudar a realidade da comunidade. “Existe muita desigualdade no contexto social de nossa comunidade escolar. É muito triste saber que as meninas e mulheres, mas homens também, se submetem ao silêncio por medo de todas as formas de violência”, afirma.

O trabalho dos educadores e educadoras da Escola Estadual de Ensino Fundamental Firmino Acauana já é reconhecido em todo o estado. “Temos recebido muitos reconhecimentos por parte da sociedade leopoldense. A Câmara de Vereadores foi unânime em nos homenagear. Saímos em jornais, TVs, revistas. Estamos fazendo reuniões mensais com a rede do município.

Para a diretora esses projetos só terão significado se ocorrerem as transformações sociais e isso só



Projeto na escola aproxima estudantes

acontecerá se os problemas forem enfrentados. “Vencer o concurso foi mais uma vitória na busca por um país melhor. Tive orgulho, alegria, satisfação em retornar para a escola com este prêmio. É o reconhecimento de um trabalho realizado com dedicação, paixão. vontade mesmo de fazer a diferença, mostrar para o Brasil que queremos e podemos ter uma escola pública de qualidade e com a participação de todos. Sinto-me estimulada e segura para defender a causa da igualdade. Estou disposta a enfrentar o que for preciso para poder oportunizar a verdadeira transformação social”.



Professora Miriam (esq.) na cerimônia de premiação com a atriz Maria Paula

## Eles também fizeram a diferença

A igualdade de gênero é apenas um dos milhares de temas abordados por escolas em todo o país. Em Brasília, capital federal, um time de professores também arregaçou as mangas, tirou as boas ideias do papel e superou as dificuldades do dia a dia para valorizar ainda mais uma importante função da educação: a de formar cidadãos.

### Paz na escola

Localizada em um bairro considerado violento em São Sebastião – cidade satélite da capital – um curso de férias sobre mediação de conflitos realizado em 2009 acabou mudando a vida de muitos estudantes. O curso de verão formou 30 mediadores. Em 2010 foram mais 40 alunos e 30 professores, e hoje eles ajudam os colegas e a comunidade a resolver seus conflitos na base da conversa, procurando sempre uma solução pacífica. “Aqui na escola mudou tudo. Os alunos respeitam uns aos outros e respeitam os professores. Aqui tem conversa. Hoje eu sei como conversar”, diz Kamilla Batista, uma das mediadoras da primeira turma.



*Projeto Mediadores trouxe mais respeito e cuidado com o patrimônio da escola*

### Identidade e respeito

Em Ceilândia, outra cidade satélite do Distrito Federal, as professoras perceberam que dentro de sala de aula os pequenos já colocavam apelidos nos coleguinhas, o que causava brigas. Com a ajuda de um balão d'água com um boneco simulando a barriga da mãe e um diário de bordo onde os pais contam como foi a gestação, a escolha do nome de cada um e como a família recebeu o tão esperado bebê, a escola conseguiu aproximar a família dos professores.

Além de aprender como nascem, os alunos de idade entre quatro e cinco anos entendem o valor que tem para a família, trabalham a sua identidade e compreendem a importância de chamar o coleguinha pelo nome. “É essa valorização do eu. Eu tenho um nome, o meu nome tem uma origem. Então isso foi de imediato e nós já aproveitamos e ensinamos a escrita do nome”, conta a professora Cristiana Gomes que hoje é coordenadora da educação infantil.



*Projeto Gestacional aproximou família e escola*

### Sem limites para aprender

No Centro de Ensino Fundamental - Caseb, os professores usaram a inclusão como arma contra o preconceito. Há cerca de cinco anos a escola, que é a mais antiga da capital federal, implantou um projeto para acabar com o preconceito com os alunos que possuem algum tipo de necessidade especial, como a surdez. Para auxiliar estes estudantes a darem continuidade ao estudo, a interprete Soraya Britto traduz tudo que é dito em sala de aula para a Linguagem Brasileira de Sinais, Libras.

O incentivo fez com que os alunos procurassem novas formas de se comunicarem tanto dentro, como fora da escola. "É fantástico. Você percebe no 1º dia que eles têm pouco conhecimento de libras e ao decorrer do ano começam a adquirir linguagem para se comunicar com os colegas. Eu fico encantada com esse novo mundo", diz a intérprete.

### Despertar para a ciência

Um passeio pela feira de Ciências na Universidade de Brasília há cerca de três anos mudou a vida de um professor e de muitos alunos da rede pública do Distrito Federal. A sensibilidade do professor de biologia Luís Cavalcante fez com que ele não só percebesse o grande interesse da sua turma pelo planetário que havia na feira, como o levou a usar isso para despertar a curiosidade e o interesse de jovens e crianças pela ciência.

Com dinheiro do próprio bolso o professor pesquisou e montou o seu próprio planetário ambulante. De escola em escola, o professor leva os estudantes para uma verdadeira viagem estelar. "Eles ficam fascinados. Assim fica muito fácil para mim, como professor, fazer com que o aluno dialogue, questione e inclusive fique mais interessado. E a ideia do planetário é justamente essa: dar ao aluno uma situação bastante estimulante em relação a um problema que normalmente desperta muito interesse, e a partir daí o aluno, por conta própria, busca outros meios de informação, como a internet, programas de computador", conta o professor.



*Projeto une professores e alunos pela inclusão*



*Dedicação do professor incentiva a curiosidade dos alunos*

**SERVIÇO: PARA SABER MAIS SOBRE OS PROJETOS ACESSE O SITE [WWW.CNTE.ORG.BR](http://WWW.CNTE.ORG.BR)**

# Carta à presidenta Dilma



**Juçara Dutra Vieira**

*Ex-presidente da CNTE. Vice-Presidente da Internacional da Educação*

**A** maior parte de nós, educadores e sindicalistas, escolheu você para presidir o Brasil. Vínhamos de duas experiências diferenciadas de governo. Nos anos 90, depois do curto período Collor, Fernando Henrique Cardoso consolidou um projeto de gestão antagônico aos nossos objetivos de classe e de categoria profissional. As políticas então instituídas reduziram o papel do Estado no atendimento aos interesses da população brasileira.

O advento do Governo Lula, de que você fez parte, possibilitou-nos promover a luta pela educação, pela valorização profissional e pelos direitos da classe trabalhadora em outro patamar. Como deve estar lembrada, nem sempre isso foi fácil. Na primeira gestão do presidente Lula, fizemos uma Marcha para defender a previdência pública. Aos poucos, porém, instituímos pautas fundamentais para a sociedade brasileira (como o financiamento da educação e a ampliação da escolaridade obrigatória) e para a valorização dos profissionais da educação (de que a Lei que instituiu o Piso Salarial Profissional Nacional é um dos maiores símbolos).

Por tais razões, não hesitamos em apoiar sua candidatura a presidenta do nosso país. Nem nos omitimos, quando percebemos a forma

com que as elites reacionárias tentaram desconstituí-la. Se Lula sofreu pressão por ser oriundo do movimento operário, você foi atacada por ser mulher e por ter combatido a ditadura. A pauta do aborto e da união homossexual, por exemplo, representaram tentativas de fazer retroceder debates caros à esquerda, às lutas pela emancipação da mulher e à defesa dos direitos humanos e sociais. As insinuações e os ataques explícitos à resistência ao regime militar revelaram o lado obs-

**“Você foi atacada por ser mulher e por ter combatido a ditadura.”**

curantista de muitos agentes políticos e de setores da mídia brasileira. Diante dessas manifestações, fomos contundentes na defesa da proposta que sua candidatura representava.

Inquiridos sobre a questão da autonomia do movimento sindical, não tivemos dúvidas. Autonomia é um direito da classe trabalhadora, não uma camisa de força que a obriga a ser de esquerda quando o governo representa interesses da direita e a ser de direita quando o go-

verno é do campo democrático e popular. Ser autônomo significa poder escolher entre opinar ou não, participar ou não de processos que envolvam interesses de classe ou da população. Desse modo, consideramos legítimo sentar à mesa para negociar projetos e, ao mesmo tempo, promover mobilizações para manifestar as contrariedades em relação a decisões governamentais.

*A maior parte de nós, educadores e sindicalistas, escolheu você para presidir o Brasil.* Para além das razões corporativas e de nossas raízes no movimento social, pesou o compromisso com uma América Latina renovada politicamente e preocupada com a consolidação da democracia e com a inclusão social. Boaventura de Sousa Santos tem reiterado que as perspectivas civilizatórias passam pelo Sul, de onde pode emergir “a diversidade epistemológica do mundo”, alternativa à epistemologia dominante (2009, p.12). Emir Sader, (2009) com a metáfora da toupeira, mostra podemos construir percursos capazes de brotar, inesperadamente, às centenas, do labor invisível e silencioso sob a terra. Seu governo terá a responsabilidade de contribuir para a afirmação de nossa região. Assim, concordamos com seu convite à presidenta da Argentina, Cristina Kirchner, de juntar forças para fazer

do século XXI o “século da América Latina”.

Mulheres no poder é outra perspectiva alvissareira para o continente. Recentemente, Michelle Bachelet governou o Chile, trazendo um tema importante para nossa memória histórica. Bachelet inaugurou um museu que resgata a história da ditadura chilena. Com impressionante realismo, pode-se assistir ao bombardeio do Palácio de La Moneda, as centenas de depoimentos e os registros de um período de sofrimento da população que só serão superados pelo aprofundamento e persistência da democracia. O Brasil também precisa encontrar-se com sua história sem os pretextos de que anistia também implica esquecimento de tortura, de dor e de afronta aos direitos humanos e civis.

Você foi eleita não só pela questão de gênero, mas, também, por ser mulher. Nossa história registra com muita parcimônia a importância da mulher na política. Um texto recente de Aldo Rebelo (2011) recupera muitos nomes de mulheres brasileiras, umas mais, outras menos conhecidas. O interessante da matéria é a intenção de mostrar a contribuição de cada uma na construção do projeto de nação. Desde Catarina Paraguaçu, a primeira mulher alfabetizada (século XVI), passando por Ana Pimentel, que administrou a Capitania de São Vicente (também no século XVI), por Clara Camarão, que combateu os holandeses (século XVII), por Anita Garibaldi, que lutou no Brasil e na Itália (século XIX), pela precursora feminista Nísia Floresta (século XIX) e por outras figuras importantes, o autor mostra que, em distintos contextos, as mulheres foram

fundamentais na nossa história. De qualquer forma, é você quem tem o privilégio de ser nossa primeira presidenta. Queremos, pois, que as lutas pela igualdade entre homens e mulheres demarquem um novo tempo para a sociedade brasileira.

*A maior parte de nós, educadores e sindicalistas, escolheu você para presidir o Brasil.* Essa escolha tem a ver com o reconhecimento dos avanços que obtivemos na área da educação. Tais avanços beneficiaram o conjunto da sociedade, mas tiveram nítidas ocupações com a classe trabalhadora e com os não incluídos. O acesso à universidade pública, as cotas raciais e sociais, o aumento de vagas

“Seu governo terá a responsabilidade de contribuir para a afirmação de nossa região.”

públicas na educação, o aumento do financiamento, a ênfase à educação infantil, a preocupação com a educação profissional e tecnológica são exemplos de políticas promotoras de equidade. Porém, a dívida histórica para com a educação e para com seus profissionais deixa-lhe uma grande responsabilidade.

Começamos pelo Piso Salarial Profissional. Aprovado e tornado lei, em julho de 2008, chegou com dois séculos de atraso (VIEIRA, 2007). Os professores brasileiros festejaram. Porém, a alegria durou até o segundo turno das eleições municipais, quando cinco governadores, apoiados por outros tantos, ingressaram

com Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal. O que esperamos de seu governo é uma ação política junto aos estados e municípios pelo cumprimento da Lei. Temos outras pautas fundamentais para a valorização dos educadores, como a formação inicial e continuada, a profissionalização dos funcionários de escola, a instituição e/ou aperfeiçoamento das carreiras. Muitas delas foram inauguradas mas, como todas as políticas, neste país, precisam ganhar escala e garantias institucionais.

Em seu primeiro pronunciamento como presidenta, você destacou o professor como principal ator do processo educacional. Nós concordamos. Agregamos os funcionários de escola, que consideramos também educadores. Recuperar o protagonismo dos profissionais da educação é tarefa de muitos, porém só ocorrerá com a indução dos governos (da União, dos estados e dos municípios). Nesse compartilhamento de responsabilidades, a liderança da União é fundamental. Por isso, reiteramos:

*A maior parte de nós, educadores e sindicalistas, escolheu você para presidir o Brasil.* Esperamos, agora, que você nos escolha.

#### REFERÊNCIAS:

RABELO, Aldo. **As Mulheres do Brasil, de Catarina Paraguaçu a Dilma.** Folha de S. Paulo, 11 de fevereiro de 2011.

SADER, Emir. **A Nova Toupeira:** os caminhos da esquerda latino-americana. São Paulo: Boitempo, 2009.

SANTOS. Boaventura de Sousa. **Epistemologias do Sul.** Coimbra: Edições Almedina/ AS, 2009.

VIEIRA, Juçara Dutra. **Piso Salarial Nacional dos Educadores:** dois séculos de atraso. Brasília/DF: CNTE, 2007.

# Lei do Nascituro: um passo atrás

Estatuto do Nascituro, em debate, pode acabar pesquisas com células-tronco no país

Os anos de lutas dos grupos que defendem a descriminalização do aborto no país podem ter sido em vão se o Estatuto do Nascituro entrar em vigor no Brasil. De tabela, pesquisadores e a classe médica também estão receosos, já que a abrangência da lei pode impedir estudos com células-tronco embrionárias. Se, para alguns, ele é considerado uma lei fundamental do Estado, para outros representa um retrocesso nos embates políticos brasileiros.

A proposta da nova legislação (PL-478/2007) é de autoria dos deputados federais Luiz Bassuma (PV-BA) e Miguel Martini (PHS-MG). O documento obteve sua primeira vitória quando aprovado pela Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara, em maio de 2010. Para conseguir o apoio de 17 dos 24 deputados presentes na votação da CSSF, o texto do projeto original teve que ser modificado. Os parlamentares aprovaram o substitutivo, apresentado pela deputada Solange Almeida (PMDB-RJ).

Agora, o projeto será apreciado pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara (CFT) e deverá passar ainda pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) para só depois ser votado no plenário da casa.

Quando o projeto foi apresentado ao Congresso, o Ministério da Saúde encaminhou um parecer



Sessão da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), no dia 19-5-10, na qual foi aprovado o 'Estatuto do Nascituro'

aos seus autores em que declara a importância de ações de saúde que contribuam para a garantia dos direitos humanos das mulheres e reduzam a mortalidade por causas evitáveis.

O Ministério conclui o parecer alegando que “a melhoria da atenção obstétrica tem impacto direto na garantia do direito à saúde do nascituro. Após o nascimento com vida, a pessoa está garantida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Razão pela qual não somos favoráveis à aprovação do referido projeto de lei”.

Dos 29 artigos do texto inicial, o projeto foi reduzido a apenas 14, em seu substitutivo. O documento destaca que “o conceito de nascituro inclui os seres humanos concebidos ainda que *in vitro*, mesmo antes da transferência para o útero da mulher”.

Para muitos, o debate sobre onde começa a vida já tinha sido superado na própria Constituição brasileira. No entanto, a Carta Magna do país se restringe a dizer apenas que é uma das garantias fundamentais assegurada pelo Estado o direito à vida (Art. 5º). Essa generalização faz com que grupos organizados com interesses opostos citem o mesmo documento para legitimar suas bandeiras.

Enquanto os movimentos contra a descriminalização do aborto usam a Constituição em defesa da vida do feto, as organizações dos direitos femininos dizem que nesse embate a vida da mulher é menosprezada em detrimento do nascituro. Para elas, somente a discussão em torno do estatuto já representa um retrocesso aos seus direitos sexuais e reprodutivos.



Dep. Luiz Bassuma, autor do projeto

“O Estatuto do Nascituro resolve uma questão polêmica, definindo o momento da fecundação do óvulo pelo espermatozói-de, como a verdadeira origem da vida. Sua importância é enorme, pois a partir desta regulamentação torna-se impossível no Brasil qualquer ação legislativa ou de governo a favor do aborto”, explica o deputado Bassuma.

### Retrocesso

A assistente técnica do Centro de Estudos Feministas de Estudo e Assessoria (Cfemea), Kauara Rodrigues, acredita que afirmar que o nascituro é uma pessoa só é possível a partir de uma determinada crença, filosofia e entendimento científico.

“Não há consenso nem entre cientistas de onde se começa a vida. O projeto fere princípios, direitos e garantias fundamentais que permitem a liberdade de crença, de pensamento e a igualdade dos sujeitos. Nós consideramos o projeto um dos grandes retrocessos para a legislação brasileira”, diz Kauara.

Ao lado de Kauara, a socióloga Analine Specht acredita no retrocesso da nova lei. Para ela, o estatuto é a mais recente forma pela qual se busca legitimar a barbárie que ameaça a vida, a segurança e

as expectativas das mulheres brasileiras.

“É também uma afronta à democracia, à liberdade e à garantia constitucional de um Estado laico, que seja promotor da igualdade”, lamenta Analine Specht, que também é ativista envolvida em diversos movimentos de defesa dos direitos das brasileiras.

A feminista ainda acrescenta que aprovar a nova lei é ignorar que o aborto inseguro é a quarta causa da mortalidade materna no país. “Não olhar para isto sim, é um crime”, enfatiza.

### “Bolsa estupro”

O Estatuto do Nascituro também se impõe em relação a abortos seguros no país, aqueles que estão amparados pela legislação brasileira, como em caso de estupro e quando a gravidez apresentar riscos para a mãe. Ele ainda vai além, propondo o que muitos já chamam de “bolsa estupro”.

A saída encontrada pelos autores do texto para reduzir os danos neste tipo de crime é a concessão de uma pensão alimentícia para a criança gerada por decorrência dessa violência, até que ela complete 18 anos.

“Desta forma, a punibilidade do estupro recairá sobre a própria mulher, obrigada a gestar o fruto de uma violência sexual que jamais será esquecida, quando é sabido que na maioria das vezes o estuprador não é punido ou não cumpre sua condenação”, alerta a socióloga Analine.

Quem também pode se sentir condenado com a aprovação do estatuto são os pesquisadores brasileiros, que vão ter que abrir mão de seus estudos com células-tron-

co embrionárias. Como o projeto prega que “reconhecem-se desde a concepção a dignidade e natureza humanas do nascituro conferindo-se ao mesmo plena proteção jurídica” (Art. 3º), a manipulação de células fecundadas para fins de pesquisa científica e uso terapêutico na Medicina vão estar proibidos.

O deputado federal Darcísio Perondi (PMDB-RS), que votou contra a proposta na CSSE, explica que, como ela estabelece o início da vida desde a concepção, tudo o que mexer com o nascituro é criminoso.

“No banco de embriões para pesquisas de células-tronco, por exemplo, alguns embriões, depois de um período, podem ser descartados. Com esse projeto, cientistas e médicos serão todos criminosos”, prevê Perondi.

Segundo o deputado, o projeto afronta entendimento do STF. Em março de 2008, o ministro Carlos Ayres Britto considerou improcedente uma Ação Direta de Inconstitucionalidade que questionava a realização de pesquisas com células-tronco embrionárias. O ministro sustentou a tese de que, para existir vida humana, é necessário que o embrião tenha sido implantado no útero da mãe.



Analine Specht: afronta à democracia

# A menopausa evoluiu

Boa disposição, saúde e desejo sexual persistem após os 60 anos, e isso é uma realidade

**A**posentadas ficavam as nossas avós. Agora, a realidade da mulher com mais de 60 anos é outra. Foi-se o tempo em que os termos 'idosa', 'velha' ou 'tia' significavam pessoas sem perspectiva, e que tinham pela frente a sina de ficar dentro de casa cuidando dos netinhos e administrando 'os males da idade'. A realidade agora é outra e os dados estão aí para comprovar que existe vida, e muita, após a menopausa.

Eliza, Odnéia e Francisca, entre tantas outras que o digam. São exemplos de mulheres com quase 60 anos, ou mais, que estão fazendo acontecer e mostrando que hoje em dia envelhecer ganhou outro significado. Não ainda no dicionário, mas certamente na vida prática.

A Organização Mundial de Saúde considera idosas pessoas com mais de 65 anos nos países desenvolvidos e com mais de 60 nos que ainda estão em desenvolvimento, e aí se enquadra o Brasil. Difícil será convencer uma boa parcela dessa população que esse é o termo adequado para eles. O Brasil tem hoje 20,5 milhões de pessoas idosas, segundo estatísticas do último Censo, de 2010.

Boa parte desses sexagenários discorda do ar pejorativo comumente imprimido na palavra idoso e trabalham para mudar essa



*Francisca: agenda diária intensa*

compreensão. São pessoas que frequentam a faculdade, vão à academia, trabalham ou fazem trabalho voluntário, namoram e têm vida sexual.

“Muitas mulheres têm parceiros após os 60 anos e com uma vida sexual ativa normal. Não é porque ficou mais idosa, ou entrou na menopausa que ela vai deixar de ter a sua vida sexual e esquecer o desejo”, explica a coordenadora

da área Técnica de Saúde do Idoso do Ministério da Saúde, Luiza Fernandes Machado Maia.

Uma pesquisa publicada na revista Science mostrou que hoje em dia ter 65 anos não é mais suficiente para classificar alguém como idoso. Já está na hora do mundo rever seus conceitos e considerar outras variáveis, adotando um novo modelo para medir o envelhecimento da população mundial.



*Odnéia desempenhando um dos seus papéis no teatro*

Para calcular quando uma pessoa deve ser considerada idosa os pesquisadores Warren Sanderson, da Stony Brook University, nos Estados Unidos, e Sergei Scherbov, do Instituto de Demografia de Viena, na Áustria, avaliaram dados como expectativa de vida, autonomia, grau de dependência e traçaram o perfil de idosos de todos os países.

A conclusão deles salta aos olhos nos dias de hoje. Os idosos de antigamente são bem diferentes dos atuais. “Eu olhava para minha mãe – quando eu era jovem – e a achava muito mais velha do que sou hoje”, constata Luiza Fernandes. Ela recorda que “naquela época a velhice era a maneira de se vestir, de agir, a mulher era a perfeita dona de casa que não tinha atividade fora, cuidava dos filhos, da casa, da alimentação, não tinha uma vida própria”.

Opinião compartilhada por Francisca Passos. Com 59 anos, ela acabou de concluir uma pós-graduação em psicopedagogia e tem uma agenda diária de fazer inveja a qualquer jovem de 20 ou 30 anos. Além do estudo, ela faz hidroginástica, pilates, artesanato e trabalho voluntário. Voltar a estudar sempre foi um sonho para Francisca, que naturalmente seguiu a trajetória de milhares de outras mulheres com a sua idade: primeiro a família e os filhos.

### **A melhor idade é aquela que faz a mulher sentir-se bem**

“Sempre quis fazer uma faculdade. Como me casei muito nova, os filhos foram chegando e esse meu sonho foi sendo deixado de lado. Quando eles cresceram, se formaram e saíram de casa, senti vontade de voltar a estudar e assim o fiz”, diz.

A idade não é mais barreira para a mulher que tem descoberto que a ‘melhor idade’ nada mais é do que a idade que as faz sentir-se bem e atuante. Eliza Tito voltou à sala de aula aos 90 anos.

“Numa festinha de família, meus netos me disseram que iam me inscrever no vestibular. Eu respondi que não tinha me preparado para isso, mas eles já foram me comunicando que a prova seria no domingo seguinte. Fiz a prova, fui aprovada!”, comemora.

Agora, aos 93 anos, Eliza tem planos de trabalhar no escritório de advocacia do filho. Três dos seus netos também cursam Direito. “Vou puxar a orelha deles se for preciso”, comenta. Moradora de Belo Horizonte, aos 18 anos Eliza fez magistério e trabalhou sem-

pre na área educacional. Aposentada desde 1989, ela conta a surpresa que teve ao aceitar o desafio imposto pelos netos. “Foi surpresa para mim, mas agora vejo que posso ser um elemento a mais no escritório do meu filho”, observa.

### **Mulher madura pode trocar de profissão, de cidade ou de parceiro**

Até 2025, o Brasil será o sexto país do mundo com maior número de pessoas idosas, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) e a previsão é que em 2050 o nosso perfil populacional deixe de ser uma pirâmide e tenhamos uma base de crianças de 0 a 14 anos, equivalente ao ápice de idosos.

“A diferença está aí”, aponta a coordenadora da saúde do idoso do Ministério da Saúde, Luiza Fernandes. “Nós sofremos uma transformação demográfica muito rápida: 40 anos atrás nos éramos uma população jovem, que pensava que não ia envelhecer”.

E não envelheceu mesmo. A mulher hoje busca alternativas



*Eliza: idade não é limite*

para sua expectativa de vida, que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é de 77 anos. Vida é o que não falta para quem está sempre com a mente ocupada e aí “a gente se mantém nova por dentro”, revela Odnéia Santos, moradora de Manaus.

Ela tem 67 anos e quase não sobra tempo em sua rotina. “A gente só acha que morreu na vida quando acredita que não faz mais diferença”, filosofa. Por isso ela dá a dica: “a nossa autoestima cresce quando a gente sabe que faz a diferença e procura aprender. É quando a gente percebe estar ficando velha por fora, mas se mantém bonita por dentro”, alegra-se.

O exercício físico é apontado como uma das atividades que mais fazem bem ao idoso e ajudam a manter a sua autonomia.

“Sabemos que o processo de envelhecimento é inevitável. Mas há alternativas para que isso aconteça de forma mais saudável e suave”, aponta Luiza Fernandes.

A partir dos 40 anos, o corpo da mulher entra na menopausa. Período em que as taxas hormonais caem, causando estragos na autoestima e no organismo. Mesmo assim, esse momento tem sido encarado pela nova geração de mulheres maduras para além do aspecto físico ou emocional e elas estão transformando o desconforto em questionamento. Aproveitam a fase de insatisfação para mudar aquilo de que não gostam, não precisam ou simplesmente não cabe mais em sua vida. Isso inclui o próprio parceiro.

Luiza destaca que “a menopausa é uma fase natural da vida,

não é uma doença. Você deixou simplesmente de procriar. Não é porque ficou mais idosa, ou entrou na menopausa que ela vai deixar de ter a sua vida sexual”, aconselha Luiza Fernandes.

Mas, é preciso estar atenta e manter a ida ao ginecologista independentemente de idade. “A mulher precisa fazer os seus exames preventivos de mama e ginecológico da mesma forma que fazia aos 30 anos”, alerta.

Durante a menopausa, algumas mulheres, “não são todas”, precisam fazer uma reposição hormonal, dependendo da sua condição, para diminuir os efeitos colaterais como queda de cabelos e ressecamento vaginal e da pele, dentre outros. “Mas isso é uma série de efeitos que vão acontecendo e são naturais”, tranquiliza.

## Menopausa tem jeito: não esqueça de consultar seu médico

Como tudo na vida, a menopausa tem seus prós e contras. O lado bom é que acabou a TPM. O ruim é que ela vem acompanhada de uma série de inconvenientes.

Ondas de calor e suor, irritabilidade, ansiedade, insônia, cansaço e diminuição da atenção e memória são alguns dos incômodos dessa fase em que a mulher deixa de produzir hormônios, que geralmente ocorre entre os 45 e 55 os anos.

Um dos efeitos mais imediatos e visíveis é o envelhecimento da pele, que se acelera com a diminuição dos estrógenos, os hormônios femininos.

É quando ocorre a perda de colágeno, que a partir da menopausa diminui de 1 a 2% a cada ano. A proteína que dá sustentação e firmeza à pele começa a ficar menos elástica, favorecendo a flacidez.

A diminuição do estrógeno também faz a pele perder sua capacidade de se manter hidratada. O ressecamento pode ser tão intenso que a pele coça e descama, principalmente nos braços e nas pernas. Os cabelos também ficam mais finos, frágeis e ressecados, além de mais ralos.

### Enfim, livres da TPM

Mas tudo isso tem solução. Pelo menos é possível diminuir os sintomas da menopausa. E um dos aliados naturais são alimentos como grãos, cereais integrais, frutas e hortaliças - excelentes fontes de nutrientes que podem auxiliar no tratamento da menopausa.

A menopausa também está associada à osteoporose. O hormônio estrógeno é o responsável também pela conservação do cálcio nos ossos.



Em muitos casos é indicada a reposição hormonal. Ela ajuda, mas tem riscos. Aumenta as chances de desenvolvimento de câncer de mama. Assim, embora a reposição hormonal melhore a qualidade de vida após a menopausa, cada mulher deve avaliar com seu ginecologista os prós e contras do tratamento.

E, independentemente da decisão tomada, procurar ajuda do médico.

# Carregadoras de vidas

Mistura de realismo e poesia tem como tema principal a educação



“**E** stamos fazendo o que Augusto Boal deixou escrito em muitos livros dele: arte é vida, vida é arte”, disse a professora Rose ao tentar definir o filme “Carregadora de Sonhos”. Um longa metragem que nasceu para mostrar a realidade árdua das professoras do interior do estado de Sergipe. Realidade na qual Rose é protagonista.

Professora, ela e outras três emprestaram suas histórias para o filme que retrata a realidade do cotidiano dos educadores do Estado. O filme é o primeiro do país financiado por um sindicato, o Síntese – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede oficial do Estado de Sergipe e contou com a co-produção da produtora sergipana WG.

A proposta inicial era realizar um documentário baseado em depoimentos de professoras que diariamente enfrentam condições adversas para trabalhar. Uma pesquisa apresentada pelo Síntese, durante o XII Congresso Estadual dos Trabalhadores em Educação, traçou o perfil das condições de trabalho dos professores no Estado. E o filme retrataria a situação.

A ideia era mostrar a vida dos professores ‘bóias frias’, explicou o

diretor Deividson. Mas, ele decidiu ir além do formato documentário já que a proposta que tinha nas mãos podia ultrapassar as fronteiras do documentário tradicional e avançar no campo da ficção. “As professoras são reais, as histórias são reais, as locações são reais, mas a gente procurou dar um tratamento criativo a todo esse material”, conta

As professoras personagens não são atrizes, mas atuaram para a câmera e contaram suas próprias histórias. “Podemos mostrar à sociedade como é árdua a nossa. Percebi também como é importante cada passo que eu dou para chegar na escola, quando eu deixo minha filha, marido, mãe para abraçar outra família”, emociona-se a professora Edielma.

A professora Marta, também personagem do ‘Carregadora de Sonhos’, ressalta que o filme é uma oportunidade para que a educação seja mais valorizada no país embora reconheça que um filme não será capaz de mudar a realidade.

“Mas acredito que ele é importante porque as pessoas vão conhecer o cotidiano do professor, as dificuldades que passam para ensinar e muitas vezes não são valorizados. Apesar de ser para mim a pro-

fissão mais importante, não existe reconhecimento”, esclarece.

De acordo com o diretor, as histórias das professoras de Sergipe têm todos os elementos para um drama e assim foi feito. “Nosso objetivo não era que elas contassem, mas mostrar como elas viviam”, afirma.

Ele destaca dois aspectos importantes do filme. Primeiro o fato de dar voz ao professor que “neste país não tem espaço para falar”. Segundo, a oportunidade de mostrar “ou tentar, que o sonho de um mundo melhor e diferente não acabou. Fazendo o filme renovei a convicção de que diariamente milhares de pessoas trabalham silenciosamente em prol de um mundo mais justo, e menos desigual”, conclui.

## FICHA TÉCNICA

**Título original:**  
Carregadoras de Sonhos

**Ano de produção:**  
2009/2010

**Gênero:**  
Documentário

**Duração:**  
65 min

**Direção, roteiro e montagem:**  
Deivison Fiúza

**Produção:**  
Sindicato dos Professores de Sergipe (SINTESE)

**Co-produção:**  
WG Produções

**Site:**  
[www.sintese.org.br/carregadorasdesonhos](http://www.sintese.org.br/carregadorasdesonhos)

# Quando a igualdade é a afirmação das diferenças



**Isis Tavares Neves**

Secretária de Relações de Gênero da CNTE

A partir da afirmação de Dilma Rousseff acerca da composição dos ministérios com 1/3 dos cargos para mulheres, a reação de vários setores da mídia foi quase que unânime em questionar: será que temos mulheres capacitadas para assumir cargos de tamanha responsabilidade?

Justificavam em seguida a preocupação, afirmando que os prováveis cargos exigiriam competência técnica, o que impossibilitaria a pretensão da presidenta.

Por que não se faz o mesmo questionamento acerca da quantidade de homens competentes para assumir cargos nos espaços de decisão e poder? O que esconde o discurso da “capacidade técnica” das mulheres?

O que realmente está subjacente à este discurso não é meramente uma discussão de formação ou competência profissional.

A discussão do poder é fator de segregação, em que as mulheres lutam, apesar de não serem minoria, por seu espaço e por sua emancipação.

A presença das mulheres nos espaços públicos de decisão e poder e sua participação política, enfrenta a concepção histórica e ideológica de que o espaço da

mulher é majoritariamente a esfera do privado e da reprodução.

A participação das mulheres nos espaços institucionais, apesar de significativa, restringe-se na sua maioria, a cargos de poder intermediários.

Elegemos a primeira presidenta da história do país, mas ainda estamos numa posição muito ruim nos espaços de poder.

.....

**“As próprias mulheres têm dificuldades em reconhecer a discriminação porque passam.”**

.....

A emancipação das mulheres é fundamental para o progresso social. Seu imenso potencial de tantas formas reprimido apesar dos avanços, sustenta em grande parte a acumulação capitalista.

Kergoat (1986), afirma que para se estudar homens e mulheres é necessário articular produção com reprodução, isto para que o grupo de mulheres se torne vi-

sível. Articular produção e reprodução significaria trabalhar simultaneamente sobre dois grupos de relações sociais, relações entre os sexos e relações de classe, chamados respectivamente opressão e exploração. Isto quer dizer que a construção dos estereótipos acerca da participação das mulheres nos espaços de poder está diretamente relacionada histórica e ideologicamente com a construção de sua educação formal e familiar.

Apesar de estarmos no ano 2011, do século XXI, ainda se reproduz a ideia de papéis exclusivamente femininos. De que as mulheres têm “tendências naturais” para determinados trabalhos e que isso consequentemente, as desqualifica para outros, apesar da constatação de que as mulheres ampliaram seu espaço de atuação, ocupando inclusive profissões tidas como masculinas. Porém, mesmo com todos os avanços e conquista em especial a partir dos anos 70, a distância de oportunidades e condições de trabalho entre homens e mulheres continua muito grande.

As próprias mulheres têm dificuldades em reconhecer a discriminação porque passam. Principalmente aquelas que atuam nas profissões consideradas masculinas. Muitas assimilam o discurs-

so de que para estar nessas profissões, serem competitivas e demonstrarem eficiência, precisam negar sua própria condição feminina, muitas vezes masculinizando sua aparência e escondendo suas necessidades advindas do ciclo menstrual ou da maternidade, por exemplo.

Precisamos reafirmar que, como mulheres, somos diferentes, mas que esta diferença não nos torna menos competentes ou eficientes do que os homens. Nossa participação na produção social é comprovadamente importante e não uma alternativa econômica para o mercado de trabalho desta ou daquela categoria profissional. Como tal, as condições de trabalho e emprego devem ser oferecidas a contento. Não temos que nos envergonhar de sermos ou parecermos mulheres no nosso local de trabalho, pois, se o que queremos é provar que a mulher pode, como podemos nos apresentar escamoteando nossas diferenças?

A sociedade capitalista tem necessidade de referendar a hierarquização das ocupações por sexo e para tal, a religião e a estrutura familiar são fatores potencializadores do discurso restritivo à participação das mulheres nos espaços públicos, em especial nos espaços de poder e decisão. Não é uma luta fácil, e isso não deve ser fator de desmotivação para que busquemos nos inserir nos mais diferentes espaços. Querer ser aceita e respeitada enquanto mulher, negando o que nos diferencia é admitir que somos inferiores e só podemos competir ou nos aproximar da competência masculina se nos aproximarmos da sua imagem e semelhança.

Precisamos avançar nas mudanças do ponto de vista das relações familiares.

Ainda é das mulheres a responsabilidade com os cuidados dos filhos e com as tarefas domésticas, com os parentes idosos ou com os doentes. Mesmo que haja a quem delegar cuidados e tarefas, a responsabilidade da delegação e supervisão é sempre da mulher, seja ela companheira, mãe, filha ou irmã.

Superar este entrave, é fundamental para que possamos nos inserir nos mais variados espaços, também com igualdade de condições psicológicas. Estimular nas

.....

**“Não temos que nos envergonhar de sermos ou parecermos mulheres no nosso local de trabalho.”**

.....

relações familiares a atuação do homem cuidador e não só provedor, é uma grande tarefa.

Sem dúvidas, conseguimos muito. Mas podemos mais.

A luta por mais creches e escolas em período integral para crianças e adolescentes, mais funcionários e professores nas escolas, com a devida valorização salarial e formação, a Reforma Política que seja um instrumento de diminuição do abismo de gênero e nossa sub-representação na política e uma regulação para o uso da nossa imagem na mídia, ainda estão na ordem do dia.

A discussão da igualdade necessita de coragem. Coragem para questionar e desconstruir estes estereótipos seculares que as mantiveram na posição de seres de segunda categoria, na família, no trabalho e na vida. Questionar instituições que legitimaram a violência de todos os tipos contra as mulheres e ainda hoje tentam descaracterizar conquistas como a Lei Maria da Penha.

Esta luta é de todas as mulheres em primeiro lugar.

Entretanto, a transformação nas relações entre gêneros e a igualdade integral de direitos, na lei e na vida não atingiu o grande público. Assegurar tais direitos na esfera do trabalho, dos espaços de poder, da educação e da saúde, e adotar políticas públicas de combate à violência praticada contra as mulheres necessita do empenho da sociedade como um todo.

É tarefa de todas e todos, mulheres e homens que acreditam e estão comprometidos com a construção de outro mundo possível.

*“O correr da vida embrulha tudo.  
A vida é assim: esquentada e esfria,  
aperta e daí afrouxa,  
sossega e depois desinquieta.  
O que ela quer da gente é coragem”.*

Guimarães Rosa,  
“Grande Sertão: Veredas”,  
páginas 280 e 290

### Referências Bibliográficas:

KERGOAT, Danièle. Em defesa de uma sociologia das relações Sociais. In: BULPORT, Kartechesvsky. **O sexo do Trabalho**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1986.

## QUASE NADA



O orçamento aprovado para Promoção da Igualdade é um dos menores do Executivo. No enfrentamento da violência contra as mulheres, por exemplo, o valor fixado para a ampliação de Redes de Serviços Especializados de Atendimento em 2011 é de R\$ 28,1 milhões, o que representa um valor 8,2% menor que o autorizado em 2010, R\$ 30,685 milhões.

## COMANDO FEMININO



O Dieese - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos também tem presidente. Zenaide Honório, coordenadora do Departamento de Especialistas da CNTE, comandará a entidade pelos próximos dois anos. Fundado em 1955 pelo movimento sindical, o Dieese desenvolve pesquisas que fundamentam as reivindicações dos trabalhadores.

## PELA IGUALDADE DE GÊNERO



No dia 1º de janeiro entrou em vigor a ONU Mulheres, uma nova instituição que incorpora quatro agências das Nações Unidas voltadas para a igualdade de gênero. A agência foi aprovada pela Assembleia Geral no ano passado e tem a ex-presidente chilena, Michelle Bachelet como diretora-executiva.

## DIA INTERNACIONAL DA MULHER



A Central Única dos Trabalhadores - CUT vai abordar quatro eixos nas atividades para comemorar o dia 8 de março. Serão debatidas questões como a violência doméstica, igualdade no trabalho, valorização do salário mínimo, ampliação de creches públicas e a educação integral.

## MARCHA DAS MARGARIDAS



Considerada uma das principais mobilizações do sindicalismo rural brasileiro e do movimento das mulheres, a Marcha das Margaridas será realizada nos dias 16 e 17 de agosto de 2011, na Esplanada dos Ministérios.

## ANO AFRODESCENDENTE

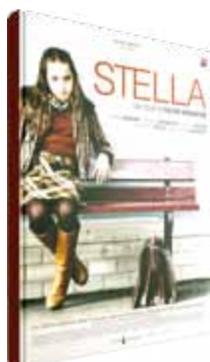


ONU proclamou 2011 como o Ano Internacional para Afrodescendentes. A iniciativa também quer promover o respeito à diversidade e herança culturais afros.



### Sugestão de Leitura

- » **Ação Psicopedagógica na Sala de Aula.** Márcia Ferreira. Editora PAULUS.
- » **Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil e Suas Ações Afirmativas.** Pesquisa 2010. Instituto Ethos e Ibope Inteligência.
- » **Gênero, Sexualidade e Educação.** Uma perspectiva pós-estruturalista. Guacira Lopes Louro. Editora Vozes, 11ª edição, 2010.
- » **Juventudes e Sexualidade.** Miriam Abramovay, Mary Garcia Castro e Lorena Bernadete da Silva. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.
- » **Cadernos de Educação.** (Ano XV - Número 23 - julho a dezembro de 2010) V Encontro Nacional do Coletivo Antirracismo "Dalvani Lellis". Escola de Formação da CNTE.
- » **Aborto e saúde pública no Brasil 20 anos.** Ministério da Saúde. Sec. de Ciências, Tecnologia e Insumos Estratégicos Série B Textos básicos de Saúde, Brasília-DF, 2009. Disque saúde 0800-611997. Biblioteca virtual em saúde do ministério de saúde - [www.saude.gov.br/bvs](http://www.saude.gov.br/bvs)
- » **Convenção 156 recomendação 165 OIT.** Organização Internacional do Trabalho. Secretaria especial de políticas para as mulheres. Sobre a igualdade de oportunidades e de tratamento para trabalhadores e trabalhadoras com responsabilidades familiares.
- » **Assédio sexual.** Ministério da Saúde Assédio violência e sofrimento no ambiente de trabalho, Brasília-DF, 2008
- » **Olhares feministas.** Organização: Adriana Piscitelli, Hildete Pereira de Melo, Sônia Weidner Maluf, Vera Lucia Puga. 1ª edição Brasília-DF, 2009. Coleção educação para todos. Ministério da Educação.
- » **VI Relatório Nacional Brasileiro.** Convenção para a Eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres. CEDAW. Organização das Nações Unidas (ONU). Brasília-DF, 2008. Secretaria Especial de políticas para as Mulheres.
- » **Comitê CEDAW - Experiências e desafios.** Sílvia Pimentel. Secretaria especial de políticas para mulheres. Brasília-DF, 2008.
- » **As mulheres ou os silêncios da história.** Michelle Perrot. Tradução Viviane Ribeiro. EDUSC.
- » **Mercado de trabalho e gênero.** Comparações internacionais. Organizadoras: Albertina de Oliveira Costa, Bila Sorj, Cristina Brusschini, Helena Hirata. FGV editora, 1ª edição, 2008.
- » **História das Mulheres no Brasil.** Mary Del Priore. Organização: Carla Bassanezi. Coordenação de textos: Editora UNESP - editora contexto, 2008.
- » **As moças de Minas.** Uma história dos anos 60. Luiz Manfredini. Editora Alfa-Omega.
- » **A libertação da Mulher.** Samora Machel, Alexandra Kollontai, J. Posadas. P. Lafargue, Vito Kapo e outros. Global editora, 3ª edição.
- » **Educar para a Igualdade.** Gênero e educação escolar. Prefeitura Municipal de São Paulo. Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.
- » **Imagens de mulher e trabalho na telenovela brasileira (1999-2001).** Lucia Helena Rincón Afonso. Editora da UCG e Anita Garibaldi.
- » **Pelas lentes do cinema.** Bioética e ética em pesquisa. Dirce Guilhem, Débora Diniz, Fábio Zicker (Eds.). Editora UnB e Letras Livres. Brasília-DF, 2007.
- » **Trabalho e Família: rumo a novas formas de conciliação com co-responsabilidade social PNUD e OIT.** Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.
- » **Mulher Adolescente/jovem em situação de violência.** Propostas de intervenção para o setor saúde. Módulo de autoaprendizagem. Stella R. Taquette. Organizadora: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, 2007.
- » **Gênero e diversidade na Escola.** Formação de professoras/es em Gênero, Sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais. Organização: Maria Elisabete Pereira, Fabiola Rohden, Maria Elisa Brandt, Leila Araujo, Graça Ohana, Andreia Barreto, Roerta Kacowicz. CEPESC. Rio de Janeiro, 2007.
- » **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.** Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.



Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília-DF, 2008. A libertação da Mulher. Samora Machel, Alexandra Kollontai, J. Posadas. P. Lafargue, Vito Kapo e outros. Global editora. 3ª edição.

### Vídeos

- » **Acorda Raimundo... Acorda!!!** Disponível em: [www.youtube.com](http://www.youtube.com)
- » **Violência, feticídio y patriarcado.** Disponível em: [www.youtube.com](http://www.youtube.com)
- » **Vista a minha pele.** Disponível em: [www.youtube.com](http://www.youtube.com)

### Filmes

- » **15 filhos.** (Brasil, 1996, 20 min) Direção: Maria Oliveira e Marta Nehring
- » **Aborto Legal.** (Brasil, 1994, 32 min) Realização: ECOS
- » **Preciosa - Uma História de Esperança.** (EUA, 2009, 110 min). Direção: Lee Daniel
- » **Verônica.** (Brasil, 2009, 90 min). Direção: Maurício Farias
- » **Carregadoras de sonhos.** (Brasil, 2010, 65 min). Direção: Deivison Fiuza
- » **Stella.** (França, 2008, 103 min). Direção: Sylvie Verheyde

### Internet

- » [www.cnte.org.br](http://www.cnte.org.br)
- » [www.ecos.org.br](http://www.ecos.org.br)
- » [www.papai.org.br](http://www.papai.org.br)
- » [www.ceert.org.br](http://www.ceert.org.br)
- » [www.maismulheresnopoder.com.br](http://www.maismulheresnopoder.com.br)
- » [www.homenspelofimdaviolência.com.br](http://www.homenspelofimdaviolência.com.br)
- » [www.geledes.org.br](http://www.geledes.org.br)
- » [www.cfemea.org.br](http://www.cfemea.org.br)
- » [www.anitagaribaldi.com.br](http://www.anitagaribaldi.com.br)
- » [www.soscorpo.org.br](http://www.soscorpo.org.br)
- » [www.cndm.gov.br](http://www.cndm.gov.br)
- » [www.agende.org.br](http://www.agende.org.br)
- » [www.vermelho.org.br](http://www.vermelho.org.br)
- » [www.cut.org.br](http://www.cut.org.br)

### Publicações

- » **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.** Disponível em: [http://bvms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpm\\_compacta.pdf](http://bvms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpm_compacta.pdf)
- » **Cartilha Mulher no mundo do trabalho.** Disponível em: [http://portalctb.org.br/site/images/Arquivos/cartilha\\_mulheres\\_ctb.pdf](http://portalctb.org.br/site/images/Arquivos/cartilha_mulheres_ctb.pdf)
- » **A mulher no mundo do trabalho.** Disponível em: [http://issuu.com/interativacom/docs/mulher\\_trabalho?mode=embed&documentId=090115185052-9f38a4c334414b0fa62d9284f7028232&layout=wood](http://issuu.com/interativacom/docs/mulher_trabalho?mode=embed&documentId=090115185052-9f38a4c334414b0fa62d9284f7028232&layout=wood)
- » **A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW).** Disponível em: [http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/images/stories/PDF/docsfund/instru\\_inter\\_cedaw.pdf](http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/images/stories/PDF/docsfund/instru_inter_cedaw.pdf)



## SUGESTÕES DE ATIVIDADES

- ▶ **Assistam ao vídeo “Vista a minha pele”** e reflitam sobre a “troca de papéis”. Identifiquem os lugares comumente ocupados por negros/as e por brancos/as na sociedade em geral, em sua cidade, no estado, no país. Divida a turma em quatro subgrupos e proponha que descrevam uma situação de desigualdade, trocando os papéis. Os grupos devem preparar uma encenação das situações escolhidas. Na aula seguinte, se apresentam e a turma reflete e debate sobre os temas abordados.
- ▶ **Converse com a turma sobre movimentos de diversidade sexual** (movimentos de gays, bissexuais, travestis e transexuais – LGBT) e sua importância histórica, em seguida proponha que realizem uma conversa com um ou mais representantes desses movimentos.
- ▶ **Convide a turma para assistir ao filme “Acorda Raimundo acorda”**. Acompanhe as reações da turma - risos, comentários, silêncios etc – pois são dados muito relevantes para o entendimento sobre o que pensam do tema. Prepare alguns dados sobre relações de gênero e trabalho e após o filme, inicie o debate.
- ▶ **Peça aos alunos uma pesquisa sobre quantas mulheres estão em cargos políticos** no seu município e estado. Leve a turma para assistir a uma sessão da Assembleia Legislativa do seu município.
- ▶ **Incentive o debate sobre violência de gênero** com as seguintes perguntas: você já presenciou cenas de violência de gênero na escola? No bairro? Na comunidade onde mora? Ciúme é forma de demonstrar amor? Quem ama maltrata e mata? “Em briga de marido e mulher, não se deve meter a colher?”
- ▶ **Distribua tiras de papel para que os alunos façam perguntas anônimas**, sobre temas polêmicos ou específicos como drogas, DSTs, sexo na adolescência etc. Essas perguntas deverão ser guardadas em uma caixa que ficará exposta na sala de aula. Semanalmente, reserve um tempo da aula e sorteie uma pergunta para ser debatida entre os alunos.

**Fonte:** Gênero e Diversidade na Escola: Formação de professores(as) em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e relações étnico-raciais. Caderno de atividades.

Estas são as datas e dias de luta das mulheres pró-igualdade de direitos

### FEVEREIRO

- 1** Ratificação pelo Brasil da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, ONU, 1984).
- 24** Dia da conquista do voto feminino no Brasil (1932).

### MARÇO

- 8** Dia Internacional da Mulher.
- 21** Dia Internacional pelo Fim da Discriminação Racial.

### ABRIL

- 7** Dia Mundial da Saúde.
- 27** Dia das Trabalhadoras Domésticas.
- 31** Dia Nacional da Mulher.

### MAIO

- 1** Dia do Trabalhador e da Trabalhadora.
- 7** Dia Mundial das Crianças Afetadas e Infectadas pelo HIV/AIDS.
- 13** Dia de Denúncia contra o Racismo.
- 18** Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.
- 28** Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher / Dia de Combate à Mortalidade Materna.
- 30** Dia de Luta pela Maior Participação Política das Trabalhadoras Rurais.

### JUNHO

- 4** Dia Internacional das meninas e meninos vítimas de agressão.
- 5** Dia Mundial do Meio Ambiente.
- 15** Dia Mundial Contra a Violência em Relação à Pessoa Idosa.
- 21** Dia de Luta por uma Educação não-sexista e sem discriminação.
- 24** Fundado o Jornal Movimento Feminino, 1947.
- 28** Dia Internacional do Orgulho Gay e Lésbico.

### JULHO

- 25** Dia da Mulher Afro-latino-americana e Afro-caribenha.

### AGOSTO

- 7** Sanção da Lei nº 11.340/2006 que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei Maria da Penha).
- 9** Dia Internacional dos Povos Indígenas / Sob a liderança de Berta Lutz é fundada a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, 1922.
- 12** Dia de Luta contra a Violência no Campo - Marcha das Margaridas / Publicado o manifesto dos conjurados baianos da Revolta dos Alfaiates, exigindo abolição, independência e liberdade (1978).
- 19** Dia Nacional do Orgulho Lésbico.
- 29** Dia da Visibilidade Lésbica no Brasil.

### SETEMBRO

- 6** Dia Internacional de Ação pela Igualdade da Mulher.
- 7** Dia dos Direitos Cívicos das Mulheres.
- 23** Dia Internacional Contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças.
- 28** Dia Latino-americano de Discriminização do Aborto / Dia da Mãe Preta (Homenagem à Lei do Ventre Livre).
- 29** Aprovação da lei 9.100/1995 que garante cotas para mulheres na política.

### OUTUBRO

- 1** Dia Internacional por uma Terceira Idade Digna.
- 10** Dia Nacional de Luta contra a Violência à Mulher.
- 12** Dia Internacional da Mulher Indígena / Dia Nacional de Luta por Creches.
- 15** Dia do(a) Professor(a) / Dia Mundial da Mulher Rural.
- 25** Dia Internacional contra a Exploração da Mulher.
- 28** Dia do(a) servidor(a) público(a).

### NOVEMBRO

- 3** Instituição do Direito e Voto da Mulher (1930).
- 18** Dia Nacional de Combate ao Racismo.
- 20** Dia Nacional da Consciência Negra.
- 25** Dia Internacional da Não-violência contra a Mulher.

### DEZEMBRO

- 1** Dia Mundial de Luta contra a AIDS.
- 10** Dia Mundial dos Direitos Humanos.
- 18** Adoção da CEDAW - Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (ONU, 1979).



## DIREÇÃO EXECUTIVA DA CNTE - GESTÃO 2011/2014

Roberto Franklin de Leão (SP) - Presidente  
 Milton Canuto de Almeida (AL) - Vice-Presidente  
 Antonio Lisbôa Amâncio Vale (DF) - Secretário de Finanças  
 Marta Vanelli (SC) - Secretária Geral  
 Fátima Aparecida da Silva (MS) - Secretária de Relações Internacionais  
 Heleno Araújo Filho (PE) - Secretário de Assuntos Educacionais  
 Alvisio Jacó Ely (SC) - Secretário de Imprensa e Divulgação  
 Rui Oliveira (BA) - Secretário de Política Sindical  
 Gilmar Soares Ferreira (MT) - Secretário de Formação  
 Marilda de Abreu Araújo (MG) - Secretária de Organização  
 Marco Antonio Soares (SP) - Secretário de Políticas Sociais  
 Isis Tavares Neves (AM) - Secretária de Relações de Gênero  
 Joaquim Juscelino Linhares Cunha (CE) - Secretário de Aposentados e Assuntos Previdenciários  
 Ana Denise Ribas de Oliveira (RS) - Secretária de Assuntos Jurídicos e Legislativos  
 Maria Antonieta da Trindade (PE) - Secretária de Saúde dos(as) Trabalhadores(as) em Educação  
 Selene Barboza Michielin Rodrigues (RS) - Secretária de Assuntos Municipais  
 José Carlos Bueno do Prado - Zezinho (SP) - Secretário de Direitos Humanos  
 Claudir Mata Magalhães de Sales (RO) - Secretária Executiva  
 Odair José Neves dos Santos (MA) - Secretária Executiva  
 José Valdivino de Moraes (PR) - Secretária Executiva  
 Joel de Almeida Santos (SE) - Secretária Executiva

### SUPLENTE

Carlos Lima Furtado (TO)  
 Janeayre Almeida de Souto (RN)  
 Rosimar do Prado Carvalho (MG)  
 João Alexandrino de Oliveira (PE)  
 Paulina Pereira Silva de Almeida (PI)  
 Francisco de Assis Silva (PI)  
 Denise Rodrigues Goulart (RS)  
 Alex Santos Saratt (RS)  
 Maria Madalena A. Alcântara (ES)

### CONSELHO FISCAL - TITULARES

Mario Sergio F. de Souza (PR)  
 Ivaneia de Souza Alves (AP)  
 Rosana Sousa do Nascimento (AC)  
 Berenice Jacinto D'arc (DF)  
 Jakes Paulo Félix dos Santos (MG)

### CONSELHO FISCAL - SUPLENTE

Ida Irma Dettmer (RS)  
 Francisco Martins Silva (PI)  
 Francisca Pereira da Rocha Seixas (SP)

**CNTE** » SDS » Edifício Venâncio III » Salas 101/106 » Brasília-DF » CEP: 70393-900  
 Tel.: (61) 3225.1003 » Fax: (61) 3225.2685 » [cncte@cncte.org.br](mailto:cncte@cncte.org.br) » [www.cncte.org.br](http://www.cncte.org.br)

**Coordenação da Revista Matria:** Isis Tavares Neves » Secretária de Relações de Gênero da CNTE

**Projeto Gráfico, Redação e Edição:** Frisson Comunicação

**Direção Executiva:** Ana Paula Messeder

**Jornalista Responsável:** Katia Maia » Mtb: DF 1708 JP

**Revisão:** José Fonseca

**Reportagem:** Ana Paula Domingues, Kátia Maia, Michèle Canes, Gisele Nunes Brasil e Marcelo Freitas.

**Fotografia:** Arquivo Matria

**Edição Eletrônica:** Noel Fernández Martínez

**Colaboração:** Bruno Soares e Mônica Plaza

**Impressão:** Gráfica Charbel

**Tiragem:** 24 mil exemplares



# AMAR!

*Eu quero amar, amar perdidamente!  
Amar só por amar: Aqui...além...  
Mais Este e Aquele, o Outro e toda a gente  
Amar!Amar!E não amar ninguém!*

*Recordar?Esquecer?Indiferente!...  
Prender ou desprender?É mal?É bem?  
Quem disser que se pode amar alguém  
Durante a vida inteira é porque mente!*

*Há uma Primavera em cada vida:  
É preciso cantá-la assim florida,  
Pois se Deus nos deu voz, foi pra cantar!*

*E se um dia hei-de ser pó,cinza e nada  
Que seja a minha noite uma alvorada,  
Que me saiba perder... pra me encontrar...*

## FLORBELA ESPANCA

Florbela Espanca, batizada Flor Bela Lobo (Vila Viçosa, Portugal;  
8 de dezembro de 1894 – Foz do Douro, 8 de dezembro de 1930),  
foi uma poeta portuguesa. Precursora do movimento feminista em Portugal.



Confederação Nacional dos  
Trabalhadores em Educação  
[www.cnte.org.br](http://www.cnte.org.br)

Brasil

Filiada à  
**CUT**  
BRASIL



CEA  
Internacional  
da Educação